

ATA NÚMERO DEZ DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

Aos nove dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, no Auditório
dos Paços do Concelho, reuniu, pelas vinte e uma horas, em sessão ordinária, a
Assembleia Municipal de Barcelos, depois de ter sido previamente anunciada por
edital datado de trinta de novembro de dois mil e vinte e dois, o qual foi afixado
nos lugares habituais e publicado num jornal semanal desta cidade para
conhecimento público, com a seguinte ordem de trabalhos:
ANTES DA ORDEM DO DIA
Sessenta minutos destinados à discussão dos assuntos constantes no
artigo décimo segundo do Regimento da Assembleia Municipal
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
Trinta minutos reservados ao público nos termos do artigo décimo terceiro
do Regimento da Assembleia
ORDEM DO DIA
Ponto um – Aprovação das atas da sessão de trinta de setembro de dois
mil e vinte e dois;
Ponto dois – Discussão e votação do Regulamento da Assembleia
Municipal Jovem de Barcelos;
Ponto três – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para a
fixação das taxas a cobrar em dois mil e vinte e três, relativas às receitas
municipais: Imposto Municipal sobre Imóveis, Participação no IRS e Derrama;
Ponto quatro – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal
relativa à cobrança, em dois mil e vinte e três, da Taxa de Mercados e Feiras, Taxa



Municipal de Direitos de Passagem, Taxa de Ocupação da Via Pública
(esplanadas), Taxas Municipais (impostos indiretos) e Taxa de Resíduos Sólidos;-
Ponto cinco – Discussão e votação das Grandes Opções do Plano e
Orçamento Municipal para dois mil e vinte e três;
Ponto seis – Discussão e votação da proposta de criação da Freguesia de
Silveiros e da Freguesia de Rio Covo (Santa Eulália), por desagregação da União
das Freguesias de Silveiros e Rio Covo (Santa Eulália);
Ponto sete – Discussão e votação da proposta de criação da Freguesia de
Barcelos, Freguesia de Vila Boa, Freguesia de Vila Frescaínha São Martinho e
Freguesia de Vila Frescaínha São Pedro, por desagregação da União das
Freguesias de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescaínha (São Martinho e São Pedro);
Ponto oito – Discussão e votação do Regulamento do Orçamento
Participativo do Município de Barcelos;
Ponto nove – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de
concessão/atribuição de comparticipações financeiras às Freguesias e Uniões de
Freguesias do concelho de Barcelos;
Ponto dez – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de
revisão da Estratégia Local de Habitação de Barcelos;
Ponto onze – Ratificação da adesão do Município de Barcelos à Central
Nacional de Compras Municipais;
Ponto doze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a
solicitar autorização para os encargos plurianuais para dois mil e vinte e três,
decorrentes das empreitadas denominadas "Passadiço Pedonal do Rio Cávado" e
"Troço Urbano da Ecovia do Cávado";
Ponto treze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de
nomeação do Auditor Externo Cruz, Amaral & Associados, SROC, Lda., para
efetuar auditoria externa às contas do município:



-----Ponto catorze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a desafetação do domínio público municipal e a integração no domínio privado do município de uma parcela de terreno com a área de mil, seiscentos e vinte e um metros quadrados, localizada na Rua dos Fornos, freguesia da Várzea;------Ponto quinze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a desafetação do domínio público municipal e a integração no domínio privado do município de uma parcela de terreno com a área de mil, seiscentos e oitenta e sete metros quadrados, situada na Rua do Areal, União das Freguesias de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescaínha (São Martinho e São Pedro);-----------Ponto dezasseis – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a desafetação do domínio público municipal e a integração no domínio privado do município de uma parcela de terreno com a área de dois mil, cento e vinte e cinco metros quadrados, sita na Rua vinte e nove de junho, União das Freguesias de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescaínha (São Martinho e São Pedro);--------Ponto dezassete – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município.-----------Imediatamente a seguir procedeu-se ao registo dos membros presentes, nomeadamente:----------Abel da Silva Sá, Agostinho Martins da Silva, Alberto Manuel da Silva Fernandes, Alexandrino Manuel Oliveira Ribeiro, Ângela Flávia da Silva Sousa, António Augusto Martins de Carvalho, António da Costa Neves, António Fernandes Jardim, António Manuel Faria da Costa, António da Silva Gonçalves do Vale, António Silva Pereira, Armando Ricardo Pereira Costa, Armindo Manuel da Costa Vilas Boas, Augusto Fonseca da Silva Dias, Bruno André Torres Macedo, Cândido Alberto Fernandes Lopes, Carlos Miguel da Silva Dantas, Catarina Marina Faria Duarte, Cristiana Carneiro Faria, Daniel Fernandes Azevedo, David Alberto



Lemos de Sousa, David José Falcão Torres, David José Pereira Carvalho, Domingos Alberto Meneses Costa, Fernando Jorge Ramos Lima, Fernando Santos Pereira, Filipe Senra de Oliveira, Firmino Manuel Lopes da Silva, Guilhermina Sousa e Silva Santos Guimarães, Hélder Duarte Grácio Tomé, Hugo Miguel Araújo Cardoso, Ilda Maria Fonseca Trilho Silva, Isaías da Silva Macedo Gomes, Ivone Manuela Faria Cruz Batista, Joana Filipa Oliveira Rodrigues, João José Longras Maciel, João Paulo Pereira Dias, João Paulo da Silva Ferreira, João Pedro Ribeiro Gomes, Joaquim Pinto do Vale, Joel Miranda Fernandes de Sá, Jorge César Fernandes da Silva, Jorge Manuel Martins Fernandes, José António Gomes Coelho, José Belém da Silva Martins, José Brito Faria, José Cardoso Rodrigues, José Carlos Esteves da Costa, José Carlos Magalhães Vilas Boas, José Casanova Ferreira, José da Costa Monteiro, José Luís Dias Pereira, José Luís Miranda Vilas Boas, José Manuel de Araújo Cardoso, José Manuel Padrão Ferreira, José Maria Barbosa Cardoso, José Maria Cruz Batista, José Miguel Rodrigues Durães, José Monteiro da Silva, José Neiva Dias, José Rui da Costa Alves Peixoto, Liliana Alexandra Macedo Abreu, Liliana Carina Barreiro Faria, Lucinda Carlota Monteiro Ferreira de Oliveira Fonseca, Luís Filipe Cerdeira da Silva, Luís Gonzaga da Silva Pedrosa, Manuel António Gonçalves Mota da Silva, Manuel da Conceição Carneiro Martins, Manuel da Cruz Duarte Cardoso, Manuel Fernandes Pereira, Manuel Fernandes de Sousa, Manuel Isaque Ribeiro Ferreira, Manuel Jorge Macedo Esteves, Manuel Martins Abilheira, Manuel Oliveira Gomes, Manuel Simões Correia, Manuel Vasconcelos Dias, Maria Arminda Silva Cruz, Maria da Conceição Azevedo da Costa e Silva, Maria Elisabete Barreto da Silva, Maria Elisabete Fernandes da Cunha, Maria de Fátima Ferreira Faria, Maria Isabel Sá Venda, Maria José Correia Simões, Maria Teresa Carvalho Martins Esteves, Mário Jorge Gomes de Figueiredo, Miguel Afonso Neves Gonçalves da Silva Martins, Miguel Ângelo Silva Pereira, Natalina de Sá, Nuno Miguel Machado Martins, Patrick Silva Sousa, Paula Cristina Leiras



Belchior, Paula Maria Barbosa Lopes, Paulo Jorge Dantas Fagundes, Paulo Jorge Gonçalves Esteves, Pedro Filipe Soares de Sousa, Ricardo Bruno Ferreira de Vasconcelos, Ricardo Tomé Ribeiro Guimarães, Ricardo Xavier Gomes Vilas Boas, Rosa Ângela Fernandes Macedo, Rosa Maria Fernandes da Costa, Rosa dos Prazeres Nascimento da Costa Faria, Rui Manuel Dias Faria, Rui Sérgio Gomes Azevedo, Sandra Cristina Ferreira Simões Soares, Sara Cristina Rebelo Magalhães, Susana Patrícia dos Santos Araújo, Tânia Cristina Macedo Ferreira, Teresa Maria Dias Ferreira Campos, Tiago Augusto Diogo da Silva Dias, Vítor António Martins Ferreira.----------Faltaram os seguintes membros:------Faltaram os seguintes membros:-------------Andreia Raquel Faria de Castro, António Cardoso da Silva, Clara Magda Ribeiro Barbosa, Domingos Pereira de Araújo, Hernâni Vítor Ferreira Loureiro, João Maurício Campos Barros, Joaquim São Bento Rodrigues, José Augusto Vilas Boas Rosa, José da Costa Faria, Liliana Cristina da Costa Faria, Maria da Conceição da Costa Araújo, Sebastião Lemos Ferreira.-----------INÍCIO DOS TRABALHOS-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito boa noite a todos.----------Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados.----------Informava todas as senhores e os senhores deputados que deu entrada nos serviços de apoio a comunicação da renúncia ao mandato da senhora deputada Helena Isabel Gomes Araújo, que foi substituída pela senhora deputada Maria Elisabete Fernandes da Cunha.----------Pedia à segunda secretária para também proceder à leitura das substituições de mandato para esta sessão.-----**SEGUNDA SECRETÁRIA** – Pediram substituição os seguintes deputados municipais:-----



Joaquim Manuel Araújo Barbosa;Joaquim Manuel Araújo Barbosa;
Substituta: Maria da Conceição da Costa Araújo;
Casimiro da Silva Rodrigues;
Substituto: Patrick Silva Sousa;
José António Maciel Beleza Ferraz;José António Maciel Beleza Ferraz
Substituto: Joaquim São Bento Rodrigues;
Miguel Jorge da Costa Gomes;
Substituta: Andreia Raquel Faria de Castro;
Nélson Carlos Teixeira de Brito;
Substituto: Sebastião Lemos Ferreira;
José Carlos da Silva Brito;
Substituto: Domingos Pereira de Araújo;
Luís Miguel Gomes Barbosa da Costa Pereira;
Substituta: Liliana Alexandra Macedo Abreu;
Nuno Evandro Serra Oliveira;
Substituta: Maria da Conceição Azevedo Costa e Silva;
João Alberto Novais Alves;
Substituto: Ricardo Tomé Ribeiro Guimarães
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora segunda secretária
Mais informações a prestar à Assembleia Municipal:
Informava todos os deputados que no dia vinte e oito de outubro a
Comissão Municipal de Saúde realizou uma visita ao Hospital Santa Maria Maior
de Barcelos;
Também no dia trinta de novembro fez uma reunião e tem pendentes os
pedidos de audição quer ao senhor ministro da Saúde e à Comissão Parlamentar
de Saúde. E também irá realizar um pedido de audição ao novo CEO do Ministério
da Saúde;



Informava também, relativamente àquela deliberação da Assembleia da
Municipal do assunto dos CTT, que no dia treze de outubro a Comissão
Permanente reuniu com o Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos CTT;
No dia quatro de novembro a Comissão Permanente também reuniu com
a administração dos CTT;
No dia onze de novembro reuniu com a União dos Sindicatos
Independentes e o SITIC – Sindicato Independente dos Trabalhadores da
Informação e Comunicação
Falta fazer uma última audição, que é à Comissão de Trabalhadores dos
CTT aqui de Barcelos, para ultimar este trabalho que já, entre outras coisas, fez
com que acontecesse uma reunião da própria administração dos CTT aqui em
Barcelos, sobre a forma como o correio está a ser distribuído. Portanto, tem sido
proveitoso este trabalho. Falta então, como eu dizia, fazer uma última reunião e
desse trabalho que tem sido feito o senhor deputado Manuel Mota será relator
e fará um relatório do trabalho que foi executado em sede de Comissão
Permanente
Aproveitava, também, para informar que no dia doze de outubro a
Assembleia Municipal de Barcelos recebeu o primeiro prémio nacional de boas
práticas das Assembleias Municipais. Como sabem, a Associação Nacional de
Assembleias Municipais institui este prémio e apresentou-se uma candidatura
sobre democracia representativa de proximidade. Tem muito a ver com o site
próprio que, entretanto, foi criado para a Assembleia Municipal, com a biografia
dos senhores deputados e as fotografias que permitem que, ao nível nacional, os
deputados da Assembleia Municipal de Barcelos são deputados com rosto,
consegue-se identificar o que fazem. E também com outro item, que é a
comunicação com os senhores deputados. Isto é, qualquer munícipe pode
mandar ou corresponder-se porque existe um <i>mailing</i> institucional de todos os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL deputados em termos nacionais. É uma inovação que a Assembleia Municipal de Barcelos tem e que foi reconhecida também em termos nacionais. Eu gueria dizer que este prémio não é só por isto. Ao atribuir este prémio à nossa Assembleia é também o reconhecimento pela sua forma de funcionamento, a forma como tem trabalhado e como está a trabalhar, que é o mérito de todos.----------Eu faria aqui alguns agradecimentos. O agradecimento institucional à Câmara Municipal de Barcelos que, sendo o órgão que é fiscalizado por nós, tem permitido todas as condições para o funcionamento da Assembleia Municipal de Barcelos. Desde logo os próprios serviços informáticos da Câmara foram os responsáveis pela criação do site, não se contratou serviços externos, fizeram um trabalho fantástico.----------Queria agradecer também ao próprio gabinete de apoio da Assembleia Municipal, aos líderes dos grupos municipais porque a forma profícua como têm estado na Comissão Permanente também contribuiu para isso.----------Em suma, a todas as senhoras e senhores deputados que contribuíram para este trabalho. É um reconhecimento que nos traz a responsabilidade de continuarmos este desígnio. Este trabalho também não é só de agora, há presidências executadas anteriormente, desde o Dr. Costa Araújo, o Dr. Duarte Nuno, o Dr. Horácio Barra. Portanto, já há aqui trabalho, isto não surgiu do nada, no fundo é a consagração do funcionamento da Assembleia Municipal de Barcelos como órgão que funciona bem e o reconhecimento em termos nacionais.----------Aproveitava também para informar o seguinte:----------Em termos de correspondência recebida, iremos falar depois nessa parte do debate, mas sobre os projetos ou as propostas de desagregação de freguesias deram entrada várias propostas. Como sabem, a função do presidente da Assembleia Municipal é apreciar todas as propostas que coloque em apreciação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL e votação desta Assembleia. Faço isso com as propostas da Câmara, também fiz com estas que emanaram das Assembleias de Freguesia. Dessa avaliação verifiquei que duas delas, que é a proposta de desagregação de Rio Covo Santa Eulália e Silveiros e a proposta da área urbana de Barcelos, Vila Boa, Vila Frescaínha São Martinho e Vila Frescaínha São Pedro cumpriam todos os requisitos legais, colhi o parecer da Câmara, que já emitiu parecer favorável, e procedi ao seu agendamento.-----------Relativamente às outras propostas, verifiquei que elas não cumpriam todos os dispositivos legais. Não cumprindo todos os dispositivos legais, devolvi e instei quem as propôs, as Assembleias de Freguesia, a dizerem o que se lhes oferecia sobre esse aspeto. Também o assunto foi analisado em Comissão Permanente e os partidos solicitaram-me para eu agendar, independentemente de elas estarem ou não a cumprir todos os preceitos legais. Tem sido esse o entendimento também das outras propostas e, para quem não sabe, as outras propostas de desagregação são de Milhazes, Faria e Vilar de Figos, a proposta Vila Cova e Feitos e a proposta Durrães e Tregosa. Portanto, instei que essas mesmas Assembleias de Freguesia viessem dizer algo sobre este aspeto. Isto fez com que estas três freguesias não fossem agendadas para esta Assembleia e também serão agendadas para uma Assembleia Municipal extraordinária que vamos ter de amanhã a oito dias, dia dezassete, às dez horas. Portanto, serão agendados esses três projetos, irei fazer o seu agendamento, e provavelmente também os dois projetos que estão hoje. É aquele princípio que introduzi nesta casa, que é a previsibilidade da duração das Assembleias Municipais leva-nos aqui a prever que não consigamos hoje discutir a problemática das desagregações que estão agendadas. Isto é, esta Assembleia deverá correr até à votação do plano de atividades e orçamento da Câmara Municipal, depois vamos ver o tempo em que

estaremos, provavelmente eu declararei a sessão encerrada, e depois os pontos



em falta passarão para uma sessão extraordinária que será então, como eu disse,
sábado a oito dias
Portanto, eram estes esclarecimentos que eu queria prestar à Assembleia
para saberem em termos de correspondência recebida e o ponto de situação
relativamente a isto
Os projetos entraram, ainda há bocado acabei por receber um deles, pedia
à Câmara Municipal, na pessoa do senhor presidente e dos senhores vereadores,
que conseguissem, dentro do possível, também emitir o parecer e pronunciar-se
para a Assembleia Municipal, em tempo útil, conseguir precisamente de amanhã
a oito dias fazermos a Assembleia Municipal
Aqui chegados, iríamos entrar no período de antes da ordem do dia, são
conhecidas as regras, informava que nesta parte entraram três propostas ou três
recomendações
Eu pedia ao senhor primeiro secretário se informava quais foram os
projetos que entraram
PRIMEIRO SECRETÁRIO – Entraram três documentos para a vossa apreciação: um
do Bloco de Esquerda, um de Todos Barcelos e outro do CDS-PP
A recomendação do Bloco de Esquerda refere-se ao "Programa municipal
para a gratuitidade do serviço de transportes públicos 'Barcelos BUS'"
O voto de louvor e reconhecimento por parte do Todos Barcelos ao IPCA
O voto de saudação do CDS-PP pelo quadragésimo sétimo aniversário de
vinte e cinco de novembro de mil, novecentos e setenta e cinco
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor primeiro secretário
Vamos então entrar no período de antes da ordem do dia e começa o Bloco
de Esquerda, o senhor deputado Miguel Martins
DEPUTADO DO BE – Miguel Martins – Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa
da Assembleia, Senhora e Senhor Secretários da Mesa da Assembleia Municipal,



Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores,
Senhoras e Senhores Deputados e Senhores Presidentes de Junta de Freguesia,
Comunicação Social presente, Público aqui presente e quem nos acompanha via
Web
O Bloco de Esquerda traz à sessão de hoje da Assembleia Municipal uma
recomendação dirigida à Câmara Municipal de Barcelos para a criação de um
programa municipal para a gratuitidade do serviço de transportes públicos
"Barcelos BUS"
Senhoras e senhores deputados, os transportes públicos são a espinha
dorsal da mobilidade nas cidades. Através de uma rede ampla e eficiente de
transportes públicos é possível garantir o direito à mobilidade das e dos cidadãos.
Importa também referir a importância do investimento neste serviço público
para, desde logo, fomentar a sua utilização, mas, também, pela dinamização que
os transportes públicos potenciam nas várias vertentes das realidades locais
Políticas de investimento e valorização dos transportes públicos
representam uma maior dinamização da vida nos concelhos e regiões,
dinamizando, deste modo, a economia local. Com um maior acesso à mobilidade,
as e os habitantes poderão efetuar mais deslocações, podendo,
consequentemente, aceder com maior facilidade aos vários serviços do
concelho
Além disso, os transportes públicos assumem enorme importância ao nível
da saúde pública e do combate às alterações climáticas. De acordo com a OMS, a
Organização Mundial da Saúde, a poluição do ar é a maior causa de morte
prematura e doença e o maior risco ambiental para a saúde na Europa. Ora, a
utilização dos transportes públicos, a par da promoção de modos ativos de
mobilidade como a bicicleta e o andar a pé, são, de acordo com o relatório de
dois mil e vinte da Agência Europeia do Ambiente, estratégias extremamente



importantes para melhorar a qualidade do ar. A utilização dos transportes públicos é, simultaneamente, fundamental para a preservação do ambiente e para a garantia de melhores condições de saúde pública.----------Senhoras e Senhores Deputados,------Senhoras e Senhores Deputados,-----------Como podemos evidenciar, a promoção da utilização dos transportes públicos pela população é essencial para a dinamização e mudanças positivas em vários aspetos da nossa realidade local. A gratuitidade deste serviço deve, assim, estar integrada num programa de ação climática, que conjugue um forte investimento público em redes de transporte com o alargamento progressivo da gratuitidade à medida que os investimentos estiverem concluídos e operacionais. A par do investimento que o município tem direcionado a formas de mobilidade suave, a implementação de um programa municipal para a gratuidade do serviço de transportes públicos "Barcelos BUS" representa um marco para Barcelos, com uma mudança no paradigma da mobilidade no concelho, adaptada a uma realidade marcada pelos efeitos das alterações climáticas. A valorização dos transportes públicos perante esta realidade é fulcral para o combate às alterações climáticas, em que o poder local não pode deixar de cumprir a sua parte.-----------A gratuitidade do serviço de transportes públicos tem impactos sociais, ambientais e económicos, promovendo o direito à cidade, não podendo ser desligado dos investimentos neste serviço. A nosso ver, Barcelos, o nosso concelho, tem plena capacidade para implementar este programa.-----------Ainda no início do mês foi anunciado pelo Câmara Municipal que o "Barcelos BUS" seria gratuito durante o mês de dezembro, de forma a, segundo comunicado do município, e citando, "incentivar a utilização dos autocarros" e "evitando o uso de viaturas particulares para deslocações ao centro da cidade de Barcelos", fim de citação. Quando estamos perante um dos maiores orçamentos



de sempre do conceino, resta saber se existe vontade política por parte do
executivo municipal para dar um passo tão importante, juntando-se a cerca de
cem cidades que, por todo o mundo, têm adotado a gratuitidade dos transportes
públicos
De forma a garantir a operacionalização deste programa municipal, o
mesmo deve ter início junto dos grupos mais vulneráveis e onde a gratuitidade
dos serviços de transportes públicos "Barcelos BUS" poderá ter mais impacto,
nomeadamente nas pessoas desempregadas, nos jovens até aos vinte e três anos,
nos seniores com sessenta e cinco anos ou mais e nas pessoas com deficiência. A
gratuitidade do serviço deverá ser alargada, de forma gradual e planeada, a toda
a população do concelho, o mais rapidamente possível
A par da implementação deste programa, não posso deixar de ressalvar a
necessidade de proceder a uma crescente cobertura territorial e social da rede
de transportes públicos "Barcelos BUS", com a expansão da rede de autocarros
para áreas geográficas mais afastadas da sede do concelho, através da criação de
novas rotas. Além disso, a articulação com os municípios vizinhos e os que
integram a Comunidade Intermunicipal do Cávado, assim como os restantes
concelhos do distrito, assume um papel fundamental na criação de uma rede de
transportes públicos que permita uma melhor ligação viária e um serviço de
transportes que, de facto, sirva toda a população de Barcelos
No final de contas, resta saber se o executivo municipal tem, ou não, a
coragem e a vontade política para dar este passo tão importante para Barcelos
Disse
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Tem agora a palavra o senhor deputado Mário Figueiredo, do Partido
Comunista Português
DEPUTADO DO PCP – Mário Figueiredo – Muito boa noite



CACEL
BARCELOS
ASSEMBLEIA MUNICIPALSenhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor
Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Meus
Senhores e Minhas Senhoras
O ponto da situação é a concessão da distribuição da água e saneamento
com cláusulas dolosas para o município, segundo o Tribunal de Contas, acrescida
de uma indemnização que ascende a mais de duzentos milhões de euros
A herança do executivo é madrasta, mas não faz dos elementos mais
destacados da coligação – o presidente Mário Constantino, do PSD, e o vice-
presidente Domingos Pereira, do BTF – vítimas dos executivos anteriores, pois
foram protagonistas
Não esquecemos que Mário Constantino foi vereador do executivo que
decidiu privatizar a distribuição da água e saneamento firmada num contrato de
concessão sobre o qual o Tribunal de Contas fez as seguintes apreciações:
"O executivo municipal não realizou qualquer estudo de viabilidade
económica e financeira da concessão; não elaborou qualquer estudo que
suportasse a evolução da capitação; e não existe no Município de Barcelos
qualquer evidência que a minuta do contrato de concessão tenha sido elaborada
pelos serviços municipais ou por assessoria externa contratada pelo município"
Não esquecemos que Domingos Pereira foi vice-presidente de executivos
do PS prisioneiros da promessa eleitoral inconcretizável, por isso enganadora, e
prisioneiros das contradições políticas do PS, criaram hesitações políticas e
impediram a definição de um objetivo claro que permitisse a resolução do
problema causado pela privatização. Arrastaram o município para um longo
período de litígio, agravando o problema com muitos custos para o erário
público
As consequências das suas ações políticas são o ponto da situação que
sublinhei, mas também prejuízos ambientais pela interrupção de investimentos



em equipamentos fundamentais e preços exorbitantes pedidos aos barcelenses
para ter acesso ao serviço de água e saneamento
Em dezassete de outubro de dois mil e vinte e dois, a maioria municipa
promoveu uma reunião com as forças políticas representadas na Assembleia
Municipal abordando a renegociação em curso com a concessionária. A
informação partilhada nessa reunião adensou as preocupações do Partido
Comunista
Concluímos que a opção política da maioria orienta-se para, na prática,
reforçar a atual concessão. Resumindo a informação partilhada, a renegociação
assenta em três elementos básicos: alargamento do prazo da concessão em mais
vinte anos; aumento da fatura da água em cerca de dezoito por cento; e ainda c
pagamento de vinte milhões de euros de indemnização à concessionária. Em
todas as dimensões o interesse público sai a perder
Segundo os elementos conhecidos até ao momento, a leitura política da
renegociação do contrato permite afirmar que se trata de uma nova concessão,
independentemente dos formalismos jurídicos que a enquadram
Esta opção política não é a solução do problema, é a sua transferência
agravada para a população que no futuro terá maiores dificuldades de acesso a
um bem vital fruto dos aumentos dos preços que estão projetados
Foi pedido pelo município sigilo sobre os contornos da renegociação, mas
o compromisso do Partido Comunista não é com o executivo, é com os
barcelenses
Sigilo que esta Assembleia Municipal deve rejeitar atendendo que na
sessão ordinária de vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e dois votou
favoravelmente a recomendação à Câmara Municipal de Barcelos, que diz: "que
apresente relatórios, para serem apreciados nas sessões ordinárias, à Assembleia
Municipal de Barcelos sobre a estratégia adotada, o desenvolvimento dessas



negociações e das propostas apresentadas e discutidas entre as partes"
Recomendação que parece não ser acatada pelo município
O PCP reafirma a necessidade da defesa da água pública. A água é um bem
fundamental à vida, cada vez mais escasso, logo não pode ser tratado como um
bem estritamente comercial, submetido à lógica do lucro e ao incentivo ac
consumo
Só um serviço público, com uma forte componente social, garante igua
acesso à água a todos os cidadãos, independentemente da sua condição
económica que só o resgate da concessão pode permitir
Não há solução no seio da concessão
Muito obrigado pela vossa atenção
Disse
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Tem a palavra agora o senhor deputado Nuno Martins, do Partido
Socialista
DEPUTADO DO PS – Nuno Martins – Senhor Presidente da Assembleia, Senhores
Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores
Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Senhoras e Senhores Deputados
Barcelenses
O Partido Socialista de Barcelos vive um momento importante de unidade
e de reafirmação dos seus princípios, na sequência da discussão interna e da
eleição dos seus órgãos concelhios e distritais
Com uma ampla participação neste processo, os militantes deixaram clara
a orientação política que pretendem para o partido, focada, essencialmente, nas
pessoas e na coesão do território do concelho
Interpretando essa vontade, o Partido Socialista vai realizar junto dos
barcelenses uma ação política condizente com o seu estatuto de principal partido



da oposição, quer através dos seus representantes na Câmara e na Assembleia Municipal, quer através de iniciativas de apresentação e divulgação dos seus projetos para o concelho, com os quais pretende voltar a governar o município.-------Mas o início de um novo ciclo na vida do PS não significa ignorar o passado. Pelo contrário, significa ler os acontecimentos passados com toda a objetividade e assumir todas as realizações, sejam as que tiveram mais sucesso, sejam as que tiveram menos.-----------Nesse sentido, importa recordar o trabalho feito pelo PS na criação de uma nova relação da Câmara Municipal com a sociedade barcelense e de uma mudança profunda operada na cidade e no concelho; na parceria inédita e frutífera com as freguesias, que se consolidou como um património político indiscutível; na colaboração com a sociedade civil e com o seu amplo movimento associativo; na defesa dos barcelenses contra a iniquidade de contratos e políticas danosas; na melhoria real de setores decisivos para o desenvolvimento do concelho, como é a educação; numa gestão municipal com reconhecida eficiência financeira; no lançamento e realização de projetos estruturantes para o crescimento harmonioso do nosso território...-----------Senhoras e senhores,-----------Neste novo ciclo, o Partido Socialista está aqui como sempre esteve na luta política: leal à democracia e às instituições, com respeito pela diversidade de opiniões e consideração pela função que cada um desempenha.-----------Assumimos o nosso papel de partido da oposição com responsabilidade, de forma positiva, construtiva e equilibrada, mas também de forma atenta, crítica e incisiva,----------Seremos implacáveis na defesa do interesse dos barcelenses e das nossas freguesias, prometendo corresponder às funções que os eleitores nos conferem.-------Uma dessas funções passa, obviamente, por fiscalizar a atuação do



executivo camarário, não deixando de relevar que está em funções há cerca de um ano, não se podendo ainda fazer uma análise definitiva da sua ação.-------------Não obstante, nós e todos os barcelenses estamos atentos. E o que garantidamente se pode dizer desde já é que o executivo não se pode desresponsabilizar do cumprimento das promessas que assumiu e da execução das obras estruturantes lançadas pelo PS no mandato anterior...-----------Tanto mais quanto a situação económico-financeira deixada pelo PS em dois mil e vinte e um em nada se compara com a que o PSD deixou em dois mil e nove. Há treze anos, o PS encontrou mais de cinquenta milhões de euros de dívidas e falta de investimentos em áreas estruturantes.-----------Há pouco mais de um ano, ao entrar na Câmara Municipal, o PSD encontrou um município em excelentes condições: uma Câmara sem dívidas e em boa situação financeira, com fundos europeus assegurados, projetos estruturantes lançados, uma parceria exemplar com as freguesias, investimento estruturante realizado.----------Este executivo não tem desculpas para não cumprir as promessas que o senhor presidente da Câmara enumerou no seu discurso de tomada de posse. Estamos atentos à lista das promessas efetuadas e à sua concretização!-----------Até à data, confessamos alguma apreensão quanto à capacidade do executivo em cumprir o que prometeu.-----------Veja-se a questão do contrato de concessão da água e do saneamento. A prometida rapidez na resolução do problema está à vista: mais de um ano depois os barcelenses nada sabem acerca deste assunto a não ser que, ao fim de doze anos, estão a pagar a água mais cara, e a prometida transparência nas negociações com a concessionária deu lugar ao segredo...----------Infelizmente, este não é o único caso que desmente a euforia de um primeiro ano de mandato e apesar de todos os cuidados de imagem e



comunicação os barcelenses sentem diariamente que a Câmara Municipal não é
hoje mais eficiente do que era há um ano atrás
Minhas Senhoras e Meus Senhores,
Contem com o Partido Socialista para a defesa e promoção do nosso
município e das nossas gentes
Nesta Assembleia e na Câmara Municipal apresentaremos as nossas
propostas e as nossas ideias de forma combativa e transparente, batendo-nos
para que sejam bem acolhidas não apenas por estes órgãos, mas sobretudo pelos
barcelenses, a quem cabe a última e legítima palavra
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Uma saudação também institucional à nova liderança do Partido Socialista
e que ela possa também contribuir para o crescimento e desenvolvimento do
concelho
Tem agora a palavra o senhor deputado Alexandrino Ribeiro, do Partido
Social Democrata
DEPUTADO DO PSD – Alexandrino Ribeiro – Caro Presidente da Assembleia
Municipal de Barcelos, Senhores Secretários, Caro Presidente da Câmara
Municipal de Barcelos, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados
Municipais, Senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesias, Comunicação
Social, Caro Público aqui presente e todos aqueles que nos seguem via Web
À medida que se agravam os impactos das alterações climáticas,
aumentam as pressões para a redução das emissões de carbono e para a criação
de uma mobilidade urbana sustentável, com uma progressiva transferência do
carro para o autocarro e, preferencialmente, do autocarro para as bicicletas e
para os peões. É exatamente isto o que está a acontecer um pouco por todo o
mundo, com o intuito de priorizar meios de transporte não poluentes e reduzir



os níveis de poluição no ar
É precisamente com estas premissas que está a ser construída a ciclovia
em Barcelos. Uma obra que foi apresentada pelo anterior executivo municipal,
em setembro de dois mil e vinte, e que mereceu a aprovação dos diversos
partidos políticos e da generalidade da sociedade civil barcelense
Mereceu inclusive a aprovação do PSD, pela perspetiva da criação de uma
mobilidade urbana mais amiga do ambiente. Mas, nessa mesma altura, o PSD
chamou a atenção para os problemas da falta de estacionamento, que já se
sentiam em Barcelos, e que a construção da ciclovia tende a agravar
Em dois mil e vinte, o PSD propôs mesmo a realização de um estudo sobre
o tráfego, a circulação e o estacionamento no perímetro urbano, no intuito de se
procurar soluções para estes problemas. Mas o executivo socialista chumbou a
proposta do PSD. E chumbou a proposta por uma única e exclusiva razão: ela era
do PSD. E, mesmo sendo uma excelente proposta, o Partido Socialista achava que,
só por isso, a tinha de chumbar
Quando a coligação tomou posse não existia o estudo do impacto da
ciclovia na mobilidade urbana, é um facto. Mas tornava-se premente o avançar
da obra em virtude do ponto em que a mesma se encontrava e por ter de estar
terminada até meados de dois mil e vinte e três, derivado dos fundos
comunitários que a financiam
Para minimizar esta lacuna, saudamos o facto do atual executivo municipal
ter já encomendado um estudo, a um reputado especialista da matéria, no
sentido de se perceberem os impactos reais que a ciclovia terá na mobilidade
urbana de Barcelos, e se proporem medidas que possam mitigar os seus impactos
negativos
Outro dos pontos que gostaríamos de destacar é o relativo à limpeza do
Rio Cávado. Demagogias políticas à parte, a verdade dos factos é que o rio não



tinha sofrido qualquer ação de limpeza desde finais de dois mil e dezanove, altura
em que caducou o protocolo com as corporações de bombeiros e com a escola
de mergulho de Barcelos
De considerar ainda que, por um lado, as corporações de bombeiros
declinaram, expressamente, a intenção de estabelecer protocolos semelhantes
e, por outro lado, a existência de um parecer jurídico dos serviços camarários
afirmando que a limpeza do rio trata-se de uma "Prestação de Serviços" que tinha
de ser objeto de contratação
Foi o que o atual executivo municipal, em boa hora, o fez, adjudicou o
"serviço" de limpeza, pois acredito que ninguém gosta de ver o Rio Cávado
coberto de jacintos
Os trabalhos de limpeza do rio estão em curso, mas temos a noção que são
trabalhos minuciosos e onde as condições climatéricas têm muita influência.
Resta-nos assim aguardar pelo bom desenvolvimento dos trabalhos e que, no
mais breve espaço de tempo, o serviço de remoção dos jacintos devolva o
espelho de água que o Rio Cávado sempre deveria ter
E, para terminar, permitam-me que destaque o arranque do Ciclo de
Conferencias: "Fatores de Competitividade e Visão para o Desenvolvimento do
Concelho de Barcelos". Um ciclo de conferencias organizado pelo executivo
municipal, onde pretendem envolver todos os agentes económicos, sociais e
culturais, todas as instituições de ensino e toda a população barcelense, na
discussão da Estratégia para o Desenvolvimento Económico do concelho de
Barcelos para a próxima década
Num modelo de desenvolvimento que deverá respeitar a história rica, e os
fatores competitivos endógenos do concelho, e que ambiciona tornar Barcelos
num território mais competitivo, num território mais atrativo
Muito obrigado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----------Tem agora a palavra o senhor deputado Luís Pereira, do BTF.---------**DEPUTADO DO BTF – Luís Pereira** – Boa noite.----------Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e demais Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.----------Com o ano dois mil e vinte e dois prestes a terminar, não podemos passar ao lado da preocupante crise económica e financeira que abala o mundo, o país e, naturalmente, o nosso concelho.-----------Uma inflação perto dos dois dígitos, uma taxa de juro descontrolada e a aumentar em cada mês que passa, um crescimento económico nulo ou até recessivo, uma taxa de desemprego a subir, são indicadores muito preocupantes para o ano de dois mil e vinte e três.----------O orçamento de Estado recentemente aprovado contempla algumas políticas sociais para minorar os reflexos negativos desta conjuntura, manifestamente insuficientes.----------O poder de compra das famílias será fortemente afetado devido ao brutal aumento da despesa no consumo dos bens e serviços de primeira necessidade, sem esquecer as subidas galopantes sobre as prestações dos empréstimos à habitação.----------O executivo camarário tem estado muito atento ao desenrolar desta crise e adotou medidas compatíveis com as necessidades dos barcelenses e de quem connosco se relaciona.-----------Tomou medidas de apoio às famílias mais vulneráveis, em várias dimensões, apoios para estimular o consumo nos bens e serviços de primeira necessidade. Tais medidas constituem, também, estímulo ao tecido industrial e



ao comercio
Tem feito múltiplas transferências de investimentos para as juntas de
freguesia com forte estímulo para pequenas empreitadas de muitos milhões de
euros em obras públicas, com reflexo nos empresários do setor do nosso
concelho
Tem investido na educação, na cultura, no desporto, no associativismo,
entre muitas outras atividades
Os críticos que dizem que este executivo nada tem feito, e que há muito
para fazer, porque não fizeram quando estiveram no poder?
Alguém tem dúvidas sobre a negligência, desleixo e incapacidade política
de executivos anteriores em não resolverem processos pendentes há anos?
Alguns casos:
Um – Na próxima reunião de Câmara irá para deliberação um protocolo a
estabelecer entre o município e a Infraestruturas de Portugal para supressão de
quatro passagens de nível: em Carreira/Fonte Coberta, Silveiros/Rio Covo e duas
na Várzea
Este investimento será iniciado em breve e todos os projetos das restantes
serão também protocolados muito brevemente
Dois – O executivo em funções à data de dois mil e quinze aprovou nos
órgãos autárquicos um acordo de resgate da concessão das redes públicas de
água e saneamento, com empréstimo garantido de oitenta e sete milhões de
euros
Ainda hoje, sem se saber porquê, tal acordo aprovado e assinado não foi
cumprido
Pelo seu incumprimento, ainda foi negociado e aceite pelo acionista
maioritário – Somague Ambiente – a venda de setenta e cinco por cento do
capital social da AdB e todos os débitos e créditos a favor do município, por trinta



e sete milhões de euros. Este também falhou!
Em dois mil e dezassete, também foi aprovada a aquisição de quarenta e
nove por cento do capital da AdB por cerca de sessenta milhões de euros com um
tarifário absolutamente impraticável sobre o tratamento de águas efluentes
(saneamento), que também falhou!
De dois mil e dezassete a dois mil e vinte e um nem uma "palhinha" foi
mexida na resolução do problema, a não ser a continuada ameaça sobre a
execução da sentença das prestações vencidas que são, hoje, cerca de cento e
trinta milhões de euros
Senhor Presidente, Minhas Senhoras e Meus Senhores,
Afinal o que é que falhou com os três acordos alcançados e aprovados nos
órgãos do município e não cumpridos?
De quem é a responsabilidade política sobre o incumprimento dos acordos
de dois mil e quinze a dois mil e vinte e um? Digam!
Três – O senhor presidente da Câmara não tem andado a arranjar
culpados, mas sim a encontrar soluções, e já anunciou nesta casa e noutros locais
públicos que as negociações entre as partes têm decorrido de forma célere e com
sentido de responsabilidade. E que um acordo sólido e estável para o município
e consumidores estará para muito breve, quiçá por dias! Dizemos nós!
De qualquer forma, e não obstante as evidências demonstradas pelo
desconforto que o maior partido da oposição tem - o PS - em não conseguir
justificar a razão ou razões por não ter resolvido os grandes problemas de
Barcelos, irá continuar a culpar os outros numa manifesta falta de respeito por
quem, inequivocamente, se manifestou, em setembro de dois mil e vinte e um,
através do sufrágio eleitoral livre e democrático
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado,



-----Tem a palavra agora o senhor deputado António Jardim, do Chega.-----**DEPUTADO DO CH – António Jardim** – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Público, Comunicação Social e todos os que nos seguem via Web.----------Agora que está cumprido o primeiro ano de exercício da coligação, o Grupo Municipal do partido Chega enaltece o excelente trabalho efetuado pelo presidente da Assembleia Municipal, Dr. Fernando Pereira, e restante mesa.----------Relativamente ao executivo, na pessoa do senhor presidente da Câmara Municipal, é inegável que vários projetos estão já em andamento, mas também é verdade que não verificamos qualquer obra de relevo concluída.-----------As promessas foram muitas, o primeiro ano já passou e nem mesmo o Mercado Municipal vê a luz do dia.----------E por falar em obras, na sessão ordinária de trinta de setembro referi-me às obras efetuadas na Rua Dona Margarida Quintas, em Arcozelo, que provocaram inundações nas ruas adjacentes, impedindo os moradores de -----O senhor deputado Manuel Mota, do Partido Socialista, insurgiu-se na defesa da junta de freguesia invocando que as obras ainda não estariam concluídas. Senhor deputado, pode verificar nas redes sociais que essas obras estavam concluídas com a data de vinte e um de julho de dois mil e vinte e dois, dois meses antes das inundações, e de eu mencionar esta ocorrência na Assembleia ordinária de trinta de setembro. Mas, estranhe-se o facto, eu trouxe este tema a esta Assembleia numa sexta-feira e na segunda-feira seguinte a intervenção para correção da obra na Rua Dona Margarida Quintas estava em andamento.----------Da parte do Chega foi seguramente uma rápida resposta no terreno, mas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL só aconteceu após a nossa intervenção nesta Assembleia, de salientar que o problema ficou resolvido com a reparação da obra.----------Relembro que foram prometidas duas piscinas municipais, mas ainda não há data definitiva para a sua construção. Senhor presidente, estamos muito longe dos números do quadrilátero quanto à utilização das piscinas municipais e tudo isto porque não existem vagas na que existe atualmente, os efeitos positivos na saúde são por de mais evidentes. Os profissionais da saúde aconselham a frequência de piscina por parte das crianças, invocando os seus benefícios, não se compreende que a prática de atividades desportivas, sempre tão acarinhadas pelo senhor presidente, continue a desvalorizar e a adiar a construção das piscinas tão necessárias para os barcelenses. Enquanto cidadão não posso levar os meus filhos a uma piscina municipal em Barcelos, porque a lista de espera é tão longa que tenho de os levar para outro concelho onde aí possam desfrutar de uma infraestrutura para utilizar, assim tenho feito nos últimos anos.-----------Muito obrigado.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.---------Tem agora a palavra o senhor deputado José Manuel Cardoso, do CDS-PP.-**DEPUTADO DO CDS-PP – José Manuel Cardoso** – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Público aqui presente e também via Internet.----------Antes de começar, queria saudar a eleição do novo secretariado do Partido Socialista e na sua pessoa, Nuno Martins, votos de um bom mandato, e contamos com o PS como uma força política e líder da oposição ao município, que com as suas políticas e contributos consigamos tornar Barcelos ainda mais desenvolvido e mais forte. As minhas saudações.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL ------"Voto de Saudação.-----------Pelo quadragésimo sétimo aniversário do vinte e cinco de novembro de mil, novecentos e setenta e cinco.----------No ano em que se assinala o quadragésimo sétimo aniversário do vinte e cinco de novembro, a Assembleia Municipal de Barcelos volta a evocar simbolicamente a importância histórica da vitória do movimento democrático que garantiu que o espírito das instituições e da democracia representativa prevalecesse, reconduzindo Portugal a um curso institucional de normalidade e abrindo caminho para a democracia moderna e pluralista que hoje usufruímos.-------Comemorar o vinte e cinco de novembro, data a que a esmagadora maioria dos democratas adere, é reafirmar o compromisso desta Câmara com os princípios universais da liberdade de expressão, do pluralismo partidário e das eleições livres. A vinte e cinco de novembro de mil, novecentos e setenta e cinco o povo português colocou-se do lado da liberdade contra a tentativa de substituir uma ditadura por uma outra de sinal contrário.-----------Conforme recordou um grupo de cidadãos, oriundo de vários setores da sociedade civil, que se uniu na promoção das comemorações dos quarenta anos daquele movimento: "O vinte e cinco de novembro não foi uma tentativa de contrariar, mas sim de repor o vinte e cinco de abril". De facto, hoje como no passado, pode-se afirmar, de forma esclarecida, que o vinte e cinco de novembro determinou a vontade do povo português em caminhar sobre os trilhos da liberdade, que o vinte e cinco de abril anunciara.----------Ocupam um lugar de destaque, nesta evocação, os Generais Ramalho Eanes e Jaime Neves, cuja coragem e determinação foram decisivas para travar o

processo revolucionário, e os líderes dos partidos democráticos, PS, PSD e CDS,

pelo seu compromisso inquebrantável com os valores da liberdade e da

democracia.-----



Liberdade e democracia que infelizmente no panorama atual e
internacional assistimos cada vez mais à sua limitação com o surgimento de
movimentos populistas e consolidação de regimes déspotas, que se traduzem na
prática à quase total limitação das liberdades individuais e cívicas dos cidadãos, o
que leva a um retrocesso civilizacional
Comemorar o vinte e cinco de novembro é comemorar a democracia na
sua plenitude, é comemorar a liberdade e o bem-estar de todos
Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Barcelos assinala o quadragésimo
sétimo aniversário do vinte e cinco de novembro como um dia histórico que repôs
o curso da democratização de Portugal, ancorando-o ao modelo pluralista e
democrático"
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Vamos entrar na segunda ronda, tenho agora a inscrição do senhor
deputado José Maria Cardoso, do Bloco de Esquerda
DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso – Muito boa noite
Senhor Presidente, Senhores Secretários da Mesa, Senhor Presidente da
Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados,
Senhores Presidentes de Junta e de Uniões de Freguesias, Caro Público, Senhores
Jornalistas e quem nos vê e acompanha via Web
Duas pequenas considerações em relação a algumas questões que foram
colocadas anteriormente pelos diferentes partidos
Uma registo e estaremos atentos a estas recomendações internas e aos
considerandos do nosso ciclo partidário apresentadas pelo senhor presidente do
Partido Socialista de Barcelos
E uma outra em relação a uma questão que me parece também de
importância de registo, estamos a ver aqui quase um campeonato a ver quem faz



mais apologia do atual executivo camarário, neste momento vai à frente o BTF.-------Sobre o voto, que me importa aqui fazer registo, de saudação do CDS. Ainda agora acabámos de ouvir o senhor deputado fazer a evocação desse mesmo voto. Eu até compreendo que haja um entendimento político distinto, é aceitável, visões diferentes de acontecimentos, períodos de tempo diferentes de entendimento sob um ponto de vista político. Mas a minha consideração e a consideração do Bloco de Esquerda é que o período do PREC foi provavelmente o período de tempo de libertação do povo português, em que na verdade se constituiu um conjunto de direitos e um poder de compra como nunca havia tido todo o povo português. Portanto, esta é uma consideração que quero liminarmente marcar. Aliás, acho que o vinte e cinco de novembro veio é obstaculizar todo este processo de desenvolvimento do país e de criação de condições para inverter uma tendência que vinha do antigo regime. Aliás, José Mário Branco escreveu e compôs de uma forma muito interessante quando diz: "Eu olhei para ti, E então entendi, Foi um sonho lindo que acabou, Houve alguém que se enganou". E foi exatamente isso! Houve alguém que se enganou! E quando se enganou foi comparar o vinte e cinco de abril com o vinte e cinco de novembro, já é algo que entra no inaceitável, do confundível de propósito. O vinte e cinco de abril, minhas senhoras e meus senhores, é uma data de união, de propagação da liberdade do país, da criação de condições para um Portugal democrático. O vinte e cinco de novembro veio exatamente no sentido contrário, é uma data que separa, que cria a antítese daquilo que é a realidade, de facto, de uma sociedade portuguesa. E evocar Jaime Neves neste considerando é no mínimo insultuoso e provocatório. Jaime Neves, meus senhores, é um chefe militar que participou ativamente na "Operação Marosca", instigada pela PIDE, que levou ao massacre de Wiriyamu, que levou ao massacre de vários atentados, nomeadamente em Moçambique. Evocar como figura alguém que tenha este passado é inaceitável.



E, por isso, qualquer entendimento político sobre esta situação da nossa parte
não merece de maneira alguma qualquer consideração que não seja um
veemente voto contra e o repúdio por assim se discutir nesta Assembleia
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Tem a palavra o senhor deputado Mário Figueiredo, do Partido Comunista
Português
DEPUTADO DO PCP – Mário Figueiredo – Muito obrigado, senhor presidente da
Assembleia
Ora, também não posso deixar de comentar este voto de louvor do CDS. E
por muitas voltas históricas e políticas dadas, o vinte e cinco de novembro foi um
movimento político-militar que cumpriu as aspirações de uma elite que
beneficiou do fascismo para acumular riqueza, reforçar poder e garantir
privilégios
Comprometida, entusiasta do salazarismo, mas que a partir de um
determinado período histórico, nomeadamente a guerra do ultramar que criou
constrangimentos no domínio das riquezas ultramarinas, via no Estado Novo –
repudiado no estrangeiro – um impedimento do acesso ao mercado cada vez
mais globalizado
Para essa elite era preciso criar condições para que Portugal se integrasse
nos novos instrumentos do domínio económico e financeiro: a CEE
O marcelismo foi a primeira tentativa da elite lavar a imagem de Portugal
no estrangeiro para lhe abrir portas às grandes oportunidades de acumulação de
riqueza que o mercado globalizado permitia
O marcelismo falhou com o vinte e cinco de abril que culminou numa
revolução por ação do seu povo
O processo revolucionário permitiu a conquista da liberdade e a
democracia, mas também tocou nos privilégios instalados dessa elite com as



nacionalizações, os avanços dos direitos laborais, o Serviço Nacional de Saúde, a
proteção social, etc., feitos que a elite tanto queria evitar
Os esforços de uma mudança para que tudo ficasse na mesma, propósito
dessa elite, sofreu um grande revés com o vinte e cinco de abril
As conquistas foram profundas, a vontade popular foi tão expressiva que
mesmo o vinte e cinco de novembro não conseguiu impedir a orientação da
Constituição da República
Os arautos do vinte e cinco de novembro continuam o ajuste de contas
com abril e a Constituição para garantir e alargar privilégios
Este documento do CDS de revisão histórica é mais um contributo e é
interessante que um partido como o CDS, que contou nas suas fileiras com
grandes colaboradores do fascismo, venha hoje dizer que o vinte e cinco de
novembro é o cumprimento e a defesa do vinte e cinco de abril, pelo qual sempre
esteve contra e sempre combateu
Muito obrigado pela vossa atenção
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Tem agora a palavra o senhor deputado Manuel Vasconcelos, do Partido
Socialista
DEPUTADO DO PS – Manuel Vasconcelos – Excelentíssimo Senhor Presidente
desta Assembleia, permita-me que, na sua pessoa, cumprimente todos os
restantes
Não obstante nos congratularmos com a ideia de serviço gratuito de
transportes públicos, no sentido de desviar o trânsito privado dos aglomerados
urbanos, melhorando a qualidade do ar, promovendo, assim, a "saúde pública" e
o "combate às alterações climáticas", a gratuitidade recomendada pelo Bloco de
Esquerda não nos sensibiliza no seu todo, uma vez que não somos a favor da
igualdade para todos, na medida em que quem pode deve pagar



Tenha a idade que tiver
Não podemos pretender que os serviços públicos sejam todos grátis
O que temos que fazer é pedir serviços públicos de qualidade
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Tem agora a palavra o senhor deputado Alexandrino Ribeiro, do Partido
Social Democrata
DEPUTADO DO PSD – Alexandrino Ribeiro – Renovo os cumprimentos à Mesa,
ao Executivo, aos meus Colegas e ao Público
Somente para partilhar com vocês a posição do Grupo Municipal do PSD
em relação aos votos de louvor e de saudação e à recomendação, hoje aqui
apresentados
Em relação ao voto de saudação pelo quadragésimo sétimo aniversário do
vinte e cinco de novembro, apresentado pelo CDS, o nosso voto é favorável, pois
reconhecemos a sua importância para a estabilização da democracia
representativa em Portugal e para o cumprir dos desígnios de abril
Quanto ao voto de louvor e reconhecimento ao IPCA e a toda
"Comunidade IPCA", apresentado pelo Todos Barcelos, o voto da bancada do PSD
é, naturalmente, a favor. E permitam-me aqui uma declaração de interesses e um
agradecimento até enquanto professor do IPCA há mais de vinte e dois anos. E
penso que este meu agradecimento é compartilhado por toda a "Comunidade
IPCA"
Relativamente à recomendação do Bloco de Esquerda, sobre o programa
municipal para a gratuitidade do serviço de transportes públicos, "Barcelos BUS",
na generalidade o nosso voto é favorável, mas na medida em que a proposta
também parece que passa por separar o ponto três, nesse ponto três o Grupo
Municipal do PSD abster-se-á. E também queria dizer que parte destas
recomendações já estão vertidas no orçamento municipal para dois mil e vinte e



três, o que demonstra que o PSD e a coligação também está sensível a estas matérias. E, como se trata de uma recomendação, deixaremos sempre essa recomendação à consideração da Câmara Municipal, pois, por um lado, existe a necessidade de enquadramento orçamental e, por outro lado, existe a necessidade de a Câmara articular com o governo todas estas políticas.----------Permitam-me agora também que felicite o senhor deputado Nuno Martins pela nova liderança que assume no Partido Socialista, mas, senhor deputado, por breves instantes achei que o senhor deputado não tem andado muito por Barcelos nos últimos doze anos, ou anda um pouco distraído, dada a forma como pintou o desenvolvimento do concelho, dada a forma como pintou a gestão do executivo socialista deste mesmo concelho nestes últimos doze anos. E o Partido Socialista volta a exigir à coligação que em doze meses faça aquilo que o Partido Socialista não foi capaz de fazer em doze anos e isso não lhes dá credibilidade junto dos barcelenses.-----------Muito obrigado.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.---------Tem agora a palavra o senhor deputado Luís Pereira, do BTF.------**DEPUTADO DO BTF – Luís Pereira** – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Barcelos e demais Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.----------Quanto ao voto de saudação do CDS, o BTF abstém-se neste voto apresentado pelo CDS, por coerência com a tomada de posição em momentos anteriores já conhecidos sobre o mesmo assunto.----------Quanto à recomendação do Bloco de Esquerda, o BTF vota favoravelmente esta proposta, por ser de recomendação ela não vincula o executivo a aplicar as medidas recomendadas. Mas, por outro lado, o executivo já anunciou que tomou



várias medidas deste âmbito para vigorar em dois mil e vinte e três
O voto de louvor e reconhecimento do Todos Barcelos o BTF também
votará favoravelmente o voto de louvor e reconhecimento ao IPCA, apresentado
pelo Movimento Todos Barcelos, e congratula-se com o mesmo
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Para terminar as intervenções, no período de antes da ordem do dia, tem
a palavra o senhor deputado Firmino Silva, do CDS-PP
DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Excelentíssimo Senhor Presidente da
Assembleia e respetiva Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e
demais Vereação, Senhores Membros desta Assembleia, Minhas Senhoras e
Meus Senhores
O CDS apresentou um voto de saudação pelo vinte e cinco de novembro e
percebe a posição dos partidos da esquerda, porque o acontecimento do vinte e
cinco de novembro de mil, novecentos e setenta e cinco pôs fim às aspirações da
extrema-esquerda. Isso é a história que o diz, é uma verdade indesmentível, meus
senhores
Aliás, não é só o CDS que compara nem tem essa aspiração de comparar o
vinte e cinco de novembro de setenta e cinco com o vinte e cinco de abril de
setenta e quatro. Eu vou só ler um dos escritos do Dr. Mário Soares, na revista
Visão, em um de dezembro de dois mil e dez. Escreveu o Dr. Mário Soares: "O
vinte e cinco de novembro de mil, novecentos e setenta e cinco é uma data tão
importante para a afirmação da democracia pluralista, pluripartidária e civilista
que hoje temos como a revolução dos cravos". Como eu disse, Mário Soares num
artigo de opinião na revista Visão a um de dezembro de dois mil e dez
Portanto, percebe-se este azedume da extrema-esquerda. O vinte e cinco
de novembro também contribuiu para podermos aqui estar e isso não era para



onde caminhava Portugal em mil, novecentos e setenta e quatro
Em relação às propostas aqui apresentadas, naturalmente que votaremos
favoravelmente o voto do Todos Barcelos
Em relação à recomendação do Bloco de Esquerda, enfim, nós
reconhecemos que será o mundo ideal, está plasmado nessa proposta, e,
portanto, nós nada temos a opor em relação àquilo que é dito e votaremos
favoravelmente a recomendação do Bloco de Esquerda
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Terminou então o debate do período de antes da ordem do dia, vamos
passar às votações!
Vamos votar inicialmente a recomendação do Bloco de Esquerda sobre
"Programa municipal para a gratuitidade do serviço de transportes públicos
'Barcelos BUS'"
Eu vou proceder à votação da seguinte maneira: vou isolar o ponto três da
recomendação, vamos votar isoladamente primeiro o ponto três e depois
passaremos à votação seguinte, que é a votação dos restantes pontos da moção
Portanto, relativamente ao ponto três, perguntava:
Quem vota contra?
(Ninguém)
Quem vota a favor?
(Quatro: dois BE, um TB, um PCP)
Quem se abstém?
Esta votação serve para verificar o quórum na sala para as votações
seguintes
(Cento e três: quarenta e dois PS, trinta e dois PSD, vinte e dois BTF, três
CH, dois CDS-PP, dois IND)



O ponto três está aprovado com quatro votos a favor, zero votos contra e
cento e três abstenções
Vamos agora votar toda a parte restante da moção!
Quem vota contra?
(Ninguém)
Quem se abstém?
(Ninguém)
A moção está aprovada por unanimidade (cento e sete: quarenta e dois
PS, trinta e dois PSD, vinte e dois BTF, três CH, dois CDS-PP, dois BE, dois IND, um
TB, um PCP), exceto o ponto três que foi aprovado com aquela votação que
acabei de transmitir
Iríamos agora passar à votação do voto de louvor e reconhecimento do
Todos Barcelos, que é sobre o IPCA!
Quem vota contra?
(Ninguém)
Quem se abstém?
(Ninguém)
Está aprovado por unanimidadeEstá aprovado por unanimidade
(Cento e sete: quarenta e dois PS, trinta e dois PSD, vinte e dois BTF, três
CH, dois CDS-PP, dois BE, dois IND, um TB, um PCP)
Votação agora do voto de saudação do CDS-PP ao vinte e cinco de
novembro!
Quem vota contra?
(Três: dois BE, um PCP)
Quem se abstém?
(Sessenta e três: quarenta e dois PS, vinte BTF, um TB)
Quem vota a favor?



(Quarenta e um: trinta e dois PSD, três CH, dois BTF, dois CDS-PP, dois IND)-
O voto de saudação foi aprovado com quarenta e um votos a favor,
sessenta e três abstenções e três votos contra
Encerramos o período de antes da ordem do dia
Iríamos passar para o período de intervenção do público
Há duas inscrições, em primeiro lugar a cidadã Alice Gonçalves, que
pretende fazer uma intervenção relacionada com o orçamento participativo
PÚBLICO – Alice Gonçalves – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia,
Excelentíssimos Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da
Câmara, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimos Membros da
Assembleia, Excelentíssima Comunicação Social, Excelentíssimo Público aqui
presente, assim como todo aquele que nos acompanha via Web
O meu nome é Alice Gonçalves e resido na freguesia de Tamel São
Veríssimo
Em dois mil e dezanove/dois mil e vinte, representei um grupo de trabalho
para a comunidade escolar, a Associação de Pais APEJIM, do qual muito me
orgulho, pelo excelente trabalho executado e desenvolvido por esta equipa
Nessa altura, deparámo-nos com a possibilidade de nos inscrevermos para
o primeiro orçamento participativo, promovido pelo Município de Barcelos, no
âmbito do qual os dez projetos mais votados receberiam uma verba de cinquenta
mil euros
A iniciativa afigurava-se deveras e, como somos ativos, inscrevemo-nos de
imediato, por forma a dar conta à comunidade da freguesia, e não só, da
importância do nosso projeto para o bem-estar das crianças
Com efeito, os munícipes abraçaram massivamente o nosso projeto, o que
originou que o mesmo fosse eleito vencedor, qualificado nos dez primeiros
Tenho presente que a pandemia trouxe com ela os inerentes atrasos



administrativos, assim como tenho presente que, igualmente, no mesmo período, realizaram-se umas Eleições Autárquicas. O certo é que já passou mais de um ano e dois meses desde que o excelentíssimo senhor presidente da Câmara tomou posse, sendo que o assunto, pelo que sei, já estaria solucionado com a solução traduzida na delegação de competências para a execução do projeto na Junta de Freguesia de Tamel São Veríssimo, através do respetivo mecanismo, previsto no contrato interadministrativo. Porém, inexplicavelmente, também esta solução não foi concretizada.-----------Não me querendo alongar muito nesta exposição, porque toda ela já é deprimente, quero, apenas, questionar o excelentíssimo senhor presidente da Câmara, assim como lançar-lhe dois apelos.----------Porém, primeiramente, gostaria de agradecer ao excelentíssimo senhor presidente da Assembleia pela prontidão e diligência na resposta dada ao meu email, no que respeita à minha inscrição para intervenção na presente sessão, ao contrário do sucedido em relação ao excelentíssimo senhor presidente da Câmara, o qual, até à presente data, ainda não se dignou a responder a nenhum dos vários e-mails que lhe dirigi, sendo esta uma das razões que motiva esta minha intervenção, como forma de chegar até si.-----------Assim, considerando que:-----------Ao que tudo indica, o projeto vencedor do orçamento participativo de dois mil e dezanove, com a referência número cinquenta e nove/dois mil e dezanove, denominado por "Reabilitação da Escola EB/JI de Fraião, em Tamel São Veríssimo", encontra-se atualmente "nas gavetas" dos seus vereadores;------------A respetiva empreitada de obras públicas foi efetivamente contratualizada, encontrando-se publicitada no Portal dos Contratos Públicos (Portal BASE.gov), desde dezanove do três de dois mil e vinte e um;------------Não obstante encontrar-se contratualizada, até à presente data, a



empreitada de obras públicas que não foi executada
Quando é que o excelentíssimo senhor presidente da Câmara pensa em
ordenar que seja promovida a efetiva execução da empreitada de obras públicas
em causa, dando, desse modo, cumprimento à obrigação a que o município se
encontra adstrito, decorrente do orçamento participativo de dois mil e
dezanove?
Pois bem, em nome da associação em funções, mas principalmente das
crianças da comunidade escolar da escola de Fraião, apelo ao excelentíssimo
senhor presidente da Câmara para que pense no melhor para as crianças, pois
muitas delas entram às sete da manhã e saem às sete horas da tarde, sendo a
escola já a sua segunda casa
Acho que não será, porventura, necessário relembrar o excelentíssimo
senhor presidente da Câmara de que uma das atribuições de que o município
dispõe é, precisamente, no domínio da educação, pelo que, sendo as crianças o
nosso futuro, é imperativo que lhes deixemos as melhores condições possíveis
neste domínio. Deste modo, os órgãos municipais deverão exercer, plena e
efetivamente, todas as competências que legalmente dispõem para a
prossecução da referida atribuição
Por fim, apelo ainda ao excelentíssimo senhor presidente da Câmara para
que a empreitada de obras públicas em causa seja efetivamente executada e o
mais rapidamente possível, pelo que três meses afigurar-se-ão mais do que
suficientes para a execução da mesma
Com efeito, caso este assunto não encontre resolução até à próxima
sessão da Assembleia Municipal, teremos de nos encontrar aqui novamente
Lembre-se, senhor presidente: criar um grupo de trabalho é fácil, o pior é
mantê-lo ativo e empenhado
Peco-lhe que pense nisto, senhor presidente,



As crianças são o nosso futuro
Muito obrigada
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado
Tem a palavra então, para responder, o senhor presidente da Câmara
PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito boa noite a todos
Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora e Senhor Secretário,
Caros Colegas Vereadores, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Caríssimo
Público
Quero começar por dizer que, pese embora a deselegância da intervenção,
que não foi um pedido de esclarecimentos nem uma pergunta, foi uma
intervenção política que eu respeito e aceito, quero dar-lhe nota que desde há
um ano e dois meses que recebo todos, exatamente todos os munícipes que
queiram falar comigo, às quintas-feiras é o dia que eu disponibilizei para atender
todos os munícipes. Não tenho o seu nome na agenda, é porque nunca pediu essa
reunião, senão teria com todo o gosto
Quero-lhe dar nota também e responder-lhe que o orçamento
participativo não devia – por isso é que hoje também nesta Assembleia vamos
trazer aqui uma proposta de alteração – ser necessário. Como bem disse, as
nossas crianças merecem tudo, merecem a nossa responsabilidade, merecem a
nossa ação e merecem uma atenção em especial. É uma competência do
executivo, não devia fazer parte de um orçamento participativo. É lamentável que
se abra a necessidade para que os pais ou os populares tenham que intervir numa
área que é da responsabilidade do município. A senhora vereadora sabe bem, e
tem-lo feito de uma forma, diria, bastante boa, a preocupação que temos
relativamente à educação. E temos tido essa preocupação indo ao encontro das
necessidades efetivas de cada uma das escolas que têm condições menos dignas
ou menos próprias para ministrar um ensino de qualidade como os barcelenses



merecem e precisam. Digo-lhe mais, uma sociedade que se quer com futuro e que quer ter ambição tem que ter uma educação condizente. A nossa aposta na educação não é de palavras, é de atos. Como sabe, na escola de Tamel São Veríssimo tem sido feita intervenção e está prevista mais intervenção para ir ao encontro das necessidades das nossas crianças e não é apenas quadros interativos e pequenas obras como o orçamento propunha.----------E já agora, relativamente a isso, quero-lhe dizer que esse orçamento foi em dois mil e dezanove. Eu percebi a nuance de desculpabilizar o executivo anterior por não ter realizado a obra porque houve pandemia. Os empreiteiros continuaram a trabalhar durante a pandemia. E com uma vantagem: não havia alunos nas escolas, não havia interrupção letiva, logo seria mais fácil fazê-lo. Mas quis desculpabilizar. Encantados. Cá estamos para assumir as nossas responsabilidades.----------E tentou endereçar também para a junta de freguesia esta responsabilidade, foi o único projeto de orçamento participativo que não foi delegado nas juntas de freguesia pelo Partido Socialista, executivo anterior. O único orçamento participativo, repito, que não foi objeto de subdelegação nas juntas de freguesia, foi contratação direta. E nesse sentido foram entregues os quatro quadros interativos. Apenas e só não foram feitas as obras do edifício. E não foram – e aqui também por uma vez vou desculpar o executivo anterior – porque efetivamente fez a contratação, fez a consignação da obra, isto em dois mil e vinte e um, e houve uma revogação da decisão de contratação porque o adjudicatário não quis pelo valor que estava no contrato, portanto, fez uma proposta e depois desistiu da execução da obra. O que é que nós fizemos? Pedimos a reestruturação do projeto aos serviços municipais, que o fizeram e remeteram para a contratação pública, e neste momento está nessa fase de contratação pública para ser executado.-----



-----Terei todo o gosto em recebê-la aqui na próxima Assembleia Municipal, mas garanto-lhe uma coisa: com respeito e educação. Não com ameaças, porque não funciona! Porque nós temos bem cientes do que queremos, para onde vamos e o que temos que fazer! Não recebemos lições de moralidade sobre uma questão que aqui colocou, que não me parece a forma correta de colocar questões! Quando se coloca uma questão quer-se uma resposta efetiva, não se quer criar uma chicana política à volta de uma questão que ainda por cima é uma questão de educação e de crianças.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente.-----------Vamos à segunda intervenção do público, António Rosmaninho Mariz, pretende fazer uma intervenção relacionada com o aterro sanitário da Resulima, na freguesia de Paradela. Tem a palavra...------PÚBLICO - António Rosmaninho Mariz - Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal e restantes Vereadores, Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta, Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais, Minhas Senhoras e Meus Senhores.----------Sou vizinho do vosso concelho e venho respeitosamente alertar esta Assembleia Municipal sobre um grave problema que está a ocorrer na freguesia de Paradela e que afeta não só esta freguesia como também as freguesias de Barqueiros e Cristelo, assim como as freguesias de outros concelhos vizinhos, tais como Apúlia, Estela, Laúndos e Rates.----------Desde fevereiro do corrente que o aterro sanitário do Vale do Lima e Baixo Cávado instalado em Paradela e operado pela Resulima está a provocar maus cheiros, tendo as populações das freguesias em redor se manifestado sob várias formas. Há dias em que o cheiro é tão insuportável que não se podem abrir as janelas das casas, colocar roupas a secar, ou fazer a vida normal.------



Em vinte e nove de março do corrente, e no seguimento das pressões
exercidas pelo Município da Póvoa de Varzim junto da APA e da CCDR-N, foi
realizada uma ação de fiscalização pelas entidades envolvidas no licenciamento
da unidade, a saber: ARH, CCDR-N, Delegado de Saúde Regional, ACT e APA
Dessa ação de fiscalização, resultou um relatório com data de abril que, de
entre outros factos, registou o seguinte:
Foram facilmente identificados maus odores;
Os procedimentos do tratamento dos resíduos não eram os mais
adequados;
Parte de resíduos – e pasmem-se, senhores deputados desta Assembleia –
estavam a ser depositados no alvéolo do aterro sem qualquer tratamento prévio
(situação que se continua a verificar nos dias de hoje);
A frente de trabalho no aterro não se encontrava bem definida e
apresentava dimensões exageradas, o que em nada contribui para o bom
funcionamento do aterro;
A cobertura dos resíduos depositados em aterro não apresentava uma
espessura adequada
Face ao verificado no local, a equipa de fiscalização concluiu que a unidade
de tratamento, tal como está, não apresentava as condições necessárias para a
emissão da licença de exploração e deu à Resulima trinta dias para apresentarem
as medidas necessárias para a eliminação de odores suscetíveis de serem
sentidos pelas populações e seis meses para as implementar, sob pena das
entidades competentes não emitirem a licença de exploração
Volvidos esses seis meses nada foi feito pela Resulima! Os odores que não
só continuaram como se agravaram de intensidade, o que levou no dia dois de
novembro a uma manifestação popular em frente ao aterro
Senhor presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da



Câmara, Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia mais afetadas e Senhores
Deputados Municipais,
Em pleno século vinte e um esta situação é totalmente inconcebível,
descredibilizando todos os sistemas de tratamento de resíduos que funcionam
bem no país. Voltamos a falar de "lixo" e não de "resíduos" como um recurso que
pode ser aproveitado. E ainda com a agravante deste investimento ter sido
apoiado com cerca de dezanove milhões de euros do Portugal Vinte/Vinte,
financiamento da Comunidade Europeia que, como todos sabemos, é muito
exigente quanto ao cumprimento das regras ambientais
Este comportamento da Resulima prejudica gravemente o bem-estar das
populações locais. Se somarmos o número de habitantes das freguesias atrás
enunciadas estamos a falar de mais de onze mil pessoas, num território onde
existem milhares de casas, escolas primárias, centros sociais, comércio, serviços
e zonas industriais em franca expansão. É o equivalente a prejudicarmos uma
cidade inteira onde por força das circunstâncias a qualidade de vida dos cidadãos
retrocedeu no tempo, somando-se a desvalorização das propriedades e do seu
território
Pelas razões apontadas, urge que a Assembleia e esta Câmara Municipal
se mobilizem em torno deste problema, no sentido de forçar a Resulima a corrigir
os maus odores e o cumprimento das regras ambientais, sob pena das
populações voltarem a manifestar-se com mais intensidade para forçarem o
encerramento deste aterro. Relembro aqui o trágico episódio de Barqueiros por
causa da exploração dos caulinos. Não queremos que esses tempos voltem para
trás
Estando certo que a minha intervenção será atendida, agradeço a atenção
de todos para o bem das populações de Barcelos, Esposende e da Póvoa de
Varzim



Obrigado e um Feliz Natal a todos
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado pelo seu contributo, pela questão
que trouxe aqui à Assembleia Municipal de Barcelos
Tem a palavra agora o senhor presidente da Câmara
PRESIDENTE DA CÂMARA – Renovo os cumprimentos a todos
Quero agradecer a sua intervenção, dando conta que efetivamente não
sendo um problema exclusivo de Barcelos é um problema que nos preocupa e
muito
Tivemos uma reunião de emergência com a Resulima porque o concelho
de Barcelos, assim como mais cinco municípios, somos acionistas da Resulima. E
nesse sentido exigimos à Resulima um conjunto de medidas e que estivesse de
acordo com a lei. E pedimos que eles rapidamente encontrassem uma solução e
dessem conhecimento público dessa medida
Eles entregaram um relatório preliminar sobre um estudo de odores que
mandaram elaborar à Universidade de Aveiro. E esse estudo veio confirmar o que
era óbvio e evidente, que existe efetivamente odores, e fizeram um mapeamento
não só das zonas que afetava, mas também uma projeção matemática sabendo
quais são os dias que afeta mais, que horas do dia é que afeta mais. Esse estudo,
ainda preliminar, como disse, foi alicerçado em duas ou três ideias que me parece
importante aqui partilhar convosco para que possamos todos estar identificados
com a situação
É um problema que existe, efetivamente existe, a Resulima tem
consciência disso. Como sabe, a questão do encerramento é uma questão de
muita complexidade executar, porque a produção de lixos é um número
absolutamente inacreditável, é muito difícil interromper essa triagem
Sabemos também que existem na unidade de Paradela três fontes de
odores: que é o tratamento mecânico e biológico (chamado TMB), a central de



triagem automatizada e o aterro. Destes três, o aterro, que é aquele que à partida nos parecia que pudesse ser a maior fonte de odores, é o único que está licenciado, os outros é que não estão licenciados: o tratamento mecânico biológico e a central de triagem automatizada. Estas duas fontes de odores estão a ser também intervencionadas no sentido de reduzir a percentagem.------------Mas há aqui três dados, como disse há pouco, que era importante ver. A legislação portuguesa não define limites para os odores do ambiente. Então este estudo foi-se basear em duas legislações, uma na Holanda, outra na Alemanha, que têm uma visão ligeiramente diferente relativamente à questão. Na Holanda veem a apreciação de odores em termos de qualidade do ambiente, medir a qualidade do ambiente, e ao medir a qualidade do ambiente percebem se os odores têm ou não implicações na saúde das pessoas. E a outra variável tem a ver com o número de hora/odor, que no fundo é isto: na Alemanha, se o odor for menos de dez por cento/hora, por exemplo, numa hora, se forem seis minutos, está nos limites que eles consideram razoável. A partir daí, isto ao longo do dia, ao longo do mês, do ano, tem esta percentagem. O que nós exigimos enquanto presidentes de Câmara, os seis em uníssono, foi que esta questão não fosse vista desta forma, porque basta um ou dois dias por mês que não atinge os tais dez por cento/hora, que na legislação alemã prevê, incomoda na mesma, quer dizer, isto é impossível de concretizar. Nós temos que reduzir na fonte a libertação dos odores.-----------Muito rapidamente dizer-lhe que estamos atentos, estamos empenhados, recebi a semana passada os senhores presidentes de Junta de Barqueiros e de Laúndos com essa preocupação. Já também o senhor presidente da Junta de Cristelo, o senhor presidente da Junta de Paradela, o senhor presidente da Junta de Apúlia me colocaram essa questão. E o senhor presidente da Câmara de Esposende, o senhor presidente da Câmara de Viana e eu próprio já tentámos



reunir com o senhor presidente da Câmara da Póvoa para encontramos, em
conjunto, uma solução e termos uma força comum para esta realidade. O que
queremos é que muito em breve sejam feitas as obras necessárias para eliminar,
na totalidade ou quase na totalidade, esta fonte de odores
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente
Terminou então o período do público
Iríamos agora entrar no período da ordem do dia
Aqui o ponto um é a aprovação das atas da sessão de trinta de setembro
de dois mil e vinte e dois
Eu propunha a dispensa da leitura das atas!
Quem vota contra a dispensa?
(Ninguém)
Quem se abstém?
(Ninguém)
Está dispensada a leitura das atas
Vamos passar à votação das atas!
A primeira ata é do dia trinta de setembro, que foi a primeira reunião
Quem vota contra?
(Ninguém)
Quem se abstém?
(Ninguém)
A ata do dia trinta está aprovada por unanimidade (cento e sete: quarenta
e dois PS, trinta e dois PSD, vinte e dois BTF, três CH, dois CDS-PP, dois BE, dois
IND, um TB, um PCP)
A ata de três de outubro, da segunda reunião
Quem vota contra?



(Ninguém)
Quem se abstém?
(Ninguém)
Está também aprovada por unanimidade (cento e sete: quarenta e dois PS,
trinta e dois PSD, vinte e dois BTF, três CH, dois CDS-PP, dois BE, dois IND, um TB,
um PCP)
Ponto dois da ordem de trabalhos: discussão e votação do Regulamento
da Assembleia Municipal Jovem de Barcelos
Inscrições!
Tem a palavra o senhor deputado Miguel Martins, do Bloco de Esquerda.
DEPUTADO DO BE – Miguel Martins – Uma vez mais cumprimentando todas e
todos os presentes e quem nos acompanha via Web, na sua pessoa, senhor
presidente da Assembleia
Relativamente ao Regulamento da Assembleia Municipal Jovem de
Barcelos, posso anunciar já que este ponto merece o voto favorável do Bloco de
Esquerda
Reconhecemos que as instituições não têm tido capacidade de articular
com a população em geral e, em particular, com os mais jovens
Nesse sentido, o Bloco de Esquerda sempre defendeu a importância e a
necessidade de aproximar os jovens da política, de forma a integrá-los na
discussão dos variados assuntos que são tão importantes e lhes dizem tanto
respeito
Nesse sentido, esta proposta para a criação de uma Assembleia Municipal
Jovem de Barcelos é um passo muito importante para iniciar um caminho de
integração do setor mais jovem da população barcelense na discussão dos vários
assuntos na ordem do dia da realidade política local
No entanto, não posso deixar de identificar algumas limitações deste



mesmo documento. Desde logo, a exclusão das várias forças políticas presentes na Assembleia Municipal de Barcelos. As e os jovens participantes nesta iniciativa apenas terão contacto com o presidente da Câmara e o presidente da mesa da Assembleia. Porque não incluir representantes das forças partidárias neste projeto tão importante para aproximar os jovens da política?-----------Uma outra limitação prende-se com o facto de as sessões da Assembleia Municipal Jovem serem presididas pelo presidente da mesa da Assembleia Municipal de Barcelos, coadjuvado por dois secretários que são jovens. Qual a razão para que não seja precisamente um jovem a presidir às sessões desta Assembleia Municipal Jovem de Barcelos?----------Senhoras e senhores deputados, somos favoráveis a esta iniciativa, é fundamental para reforçar a ligação entre os jovens e a política. No entanto, a falta de pluralidade partidária e até uma certa condescendência que se denota no presente regulamento, em relação à capacidade de organização dos mais jovens, não deixam de ser aspetos negativos que merecem ser destacados.-----------Disse.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.---------Tem a palavra a senhora deputada Susana Araújo, do PSD.-----DEPUTADA DO PSD - Susana Araújo - Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Barcelos, Senhora e Senhor Secretários da Mesa, Senhor Presidente da Câmara e Senhoras e Senhores Vereadores, Caríssimo Público aqui presente, muito boa noite.----------É inegável que temos vindo a sentir na última década um distanciamento entre os jovens e os decisores políticos. Porém, isso não significa que os jovens estejam alheios às causas que realmente lhes importam. Exemplo disso são os diferentes movimentos jovens que temos visto nos últimos meses relacionados com as causas ambientais, por exemplo. Isto leva-nos a deduzir que, embora na



sua generalidade os jovens não pareçam identificar-se com os políticos e a forma de fazer política, muitos deles querem ter uma voz ativa na sociedade. O projeto Assembleia Municipal Jovem de Barcelos vem, no nosso entender, abrir espaço de reflexão para os jovens do nosso concelho, valorizando as suas ideias e preocupações, com o intuito de encontrarmos soluções mais responsivas às suas necessidades dentro das mais diversas matérias concelhias. A par disto, permite criar proximidade entre os eleitos locais e instituições políticas locais, aumentando os níveis de confiança.----------Sendo este um projeto que se destina a estudantes do terceiro ciclo do ensino básico e ensino secundário, envolverá também de forma muito presente a comunidade de docentes, o que permitirá também que estes estejam mais conscientes do funcionamento do poder local.----------Seguindo os moldes do já conhecido Parlamento dos Jovens, este de âmbito nacional, esperamos que a Assembleia Municipal Jovem permita que os alunos do nosso concelho fiquem a conhecer melhor a importância da participação democrática e desenvolvam assim competências de cidadania participativa, defendendo de forma aguerrida as suas causas e convicções.-----------Esperamos que haja uma divulgação nos *media* e sobretudo nas redes sociais suficientemente atrativa para envolver a comunidade estudantil ao longo de todo o processo, visto que é lá que os vossos jovens estão.----------Para concluir, além do voto favorável da bancada do PSD, apraz-nos congratular o senhor presidente da Assembleia Municipal por promover um projeto que dará voz aos jovens do nosso concelho e que, daquilo que tenho conhecimento, ainda não existe nos concelhos do quadrilátero urbano.-----------Muito obrigada.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora deputada.----------Tem a palavra o senhor deputado José Manuel Cardoso, do CDS-PP.-----



DEPUTADO DO CDS-PP – José Manuel Cardoso – Senhor Presidente, Senhores
Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Membros desta
Assembleia
Em boa hora veio a esta Assembleia a decisão de criar a Assembleia Jovem.
Quando assistimos a cada eleição a um aumento da abstenção, cativar os jovens
para fazer a sua participação cívica e na escolha de políticas é termos uma visão
do que eles pensam para a sociedade, ter um sentido crítico por eles próprios e
que nos faz, por muitas vezes, nós adultos ter outra reflexão
Graças ao vinte e cinco de abril e ao vinte e cinco de novembro podemos
pôr os jovens a participar. Lamento é que noutros países que aqui alguns
defendem isso não seja possível
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Terminadas as intervenções, vamos passar à votação do ponto dois!
Quem vota contra?
(Ninguém)
Quem se abstém?
(Um PCP)
O projeto está aprovado por maioria (cento e seis votos a favor: quarenta
e dois PS, trinta e dois PSD, vinte e dois BTF, três CH, dois CDS-PP, dois BE, dois
IND, um TB) e uma abstenção. O PCP que diz que vai apresentar uma declaração
de voto sobre o mesmo. Fica registado já em ata
Pontos seguintes:
Ponto três: discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para a
fixação das taxas a cobrar em dois mil e vinte e três, relativas às receitas
municipais: Imposto Municipal sobre Imóveis, Participação no IRS e Derrama;
Ponto quatro: discussão e votação da proposta da Câmara Municipal



relativa à cobrança, em dois mil e vinte e três, da Taxa de Mercados e Feiras, Taxa
Municipal de Direitos de Passagem, Taxa de Ocupação da Via Pública
(esplanadas), Taxas Municipais (impostos indiretos) e Taxa de Resíduos Sólidos
Eu perguntava se alguém se opõe que se fizesse o debate destes dois
pontos em conjunto e depois as votações em separado
Ninguém se opõe a esta metodologia, vamos proceder em conformidade
Abriria então as inscrições para este ponto!
Tenho cinco inscrições
Vamos então proceder ao debate
Tem a palavra o senhor deputado Hélder Tomé, do Partido Socialista
DEPUTADO DO PS - Hélder Tomé - Excelentíssimo Senhor Presidente da
Assembleia e demais Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da
Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados,
Minhas Senhoras e Meus Senhores
O executivo municipal da coligação de direita decidiu reduzir ligeiramente
os impostos municipais: IMI com um impacto efetivo em dois mil e vinte e três;
Derrama e participação no IRS em dois mil e vinte e quatro
O PS irá votar favoravelmente a proposta na medida em que, uma vez
mais, esta estratégia nada traz de diferente àquela que marcou os mandatos do
executivo municipal por si liderados
Contudo, esperava-se uma atitude muito mais assertiva e corajosa da
parte do executivo. Reduz em zero vírgula um ponto percentual o IMI quando na
oposição defendiam a redução para o mínimo!
A derrama praticamente nem mexe
Já a participação no IRS baixa zero vírgula vinte e cinco pontos percentuais.
Aqui, sim, um facto onde há uma diferença de política. Nos executivos do PS a
taxa de participação no IRS era de cinco por cento. Para o ano (com impacto em



dois mil e vinte e quatro) a taxa será de quatro vírgula setenta e cinco por cento
Infelizmente esta medida não beneficiará uma parte significativa dos
barcelenses. Mas os contribuintes que pagam IRS terão um benefício, ainda que
limitado
O mesmo acontece com as famílias com filhos: quem tiver três filhos terá
uma redução de IMI de quase seis euros por mês. É uma poupança. Mas,
convenhamos, não fará diferença no dia-a-dia
Globalmente, esperava-se mais coragem política ao executivo da maioria
de direita: a inflação trouxe clara perda de poder de compra aos trabalhadores.
Porque não a adoção de medidas específicas para combater esta crise?
Na oposição, a coligação defendia uma postura muito mais agressiva de
redução de impostos municipais e agora, com o maior orçamento de sempre e
com uma brutal crise social a carecer de medidas urgentes, pouco faz
Relativamente ao ponto quatro, nada de novo e por isso também não
temos nada a referir, iremos aprovar a proposta das várias taxas com a exceção
da taxa dos resíduos sólidos
Aliás, nem sabemos como analisar esta proposta que não é proposta. É sim
um cheque em branco para o executivo!!
Nem sabemos se a taxa vai diminuir ou se terá um enorme aumento, como
referiu publicamente o senhor vice-presidente da Câmara, em tempos
Questionamos: vai?
O Partido Socialista aprovará todas as propostas, com a exceção da taxa
de resíduos sólidos de que nos iremos abster
Obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Tem a palavra a senhora deputada Sara Magalhães, do BTF
DEPUTADA DO BTF – Sara Magalhães – Muito boa noite



Começo por cumprimentar o Senhor Presidente, Senhora e Senhor
Secretário
Cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e
Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, estimado Público
A discussão das grandes opções do plano e orçamento municipal, o
próximo ponto submetido a debate, compreenderá uma importante e
esclarecedora posição do BTF quanto às receitas municipais do próximo ano.
Assim, esta intervenção será um breve comentário político que visa apresentar
um raciocínio descomplicado, despretensioso e informativo no que ao impacto
da redução das taxas na vida dos cidadãos barcelenses respeita
Não será surpreendente o desconforto e desagrado destas propostas na
oposição, mormente no Partido Socialista. Bem sabemos que nos seus anos de
mandato nunca demonstraram igual (muito menos superior) preocupação com a
redução dos impostos diretos como este executivo tem demonstrado em apenas
um ano de mandato! Em bom rigor, nesta assembleia, em quatro anos, sempre
fui assistindo a uma consciente inoperância do Partido Socialista no que à sua
estratégia política em matéria de redução das taxas municipais concerne, tanto
mais que sempre se foram negando a, no limite, igualar as posições há muito
assumidas pelos municípios do quadrilátero
Na verdade, hoje, alguém poderá ter dúvidas de que a estratégia política
deste executivo se orienta para uma trajetória de redução de taxas municipais
nunca antes assumida em executivos anteriores?
Talvez alguns "famigerados cronistas da praça" possam ainda ter. Mas o
seu desnorteamento é de tal ordem que se esquecem dos seus próprios telhados
de vidro
Já agora a inconsonância com a realidade é de tal ordem que prestemos
atenção ao quadro Município de Barcelos versus governo do Partido Socialista



O governo vai atualizar os valores dos aumentos das pensões face aos
valores finais da inflação para dois mil e vinte e dois. Assim, os valores dos
aumentos das pensões em janeiro de dois mil e vinte e três serão:
pensões até dois IAS – aumento de quatro vírgula oitenta e três por cento;-
pensões entre dois e seis IAS – aumento de quatro vírgula quarenta e nove
por cento;
pensões entre seis e doze IAS – aumento de três vírgula oitenta e nove por
cento
Todavia, a fórmula de atualização das pensões, determinada na Lei
número cinquenta e três-B/dois mil e seis, de vinte e nove de dezembro,
configuraria para novembro um aumento de sete vírgula quarenta e seis por
cento. Não queremos dizer que o governo, para o próximo ano, não possa ter
margem orçamental, mas é factual que esta proposta não cumpre a lei
Vejamos ainda os exemplos do senhor Manuel, da dona Maria e da Joana:-
O senhor Manuel ganha quinhentos euros por mês de pensão, com o
aumento de quatro vírgula oitenta e três por cento receberá, em dois mil e vinte
e três, mais vinte e dois euros e quinze cêntimos. Por seu turno, com a atualização
automática prevista na lei, o senhor Manuel passaria a receber, em dois mil e
vinte e três, quinhentos e quarenta euros, um aumento de quarenta euros. Em
dois mil e vinte e quatro a atualização incidiria
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Terminou o seu tempo, senhora deputada. Muito
obrigado
Tem a palavra o senhor deputado José Maria Cardoso, do Bloco de
Esquerda
DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso – Muito obrigado, senhor presidente
Se me permite, na sua pessoa, renovo os cumprimentos de há pouco
Depois destas contas de reformas, vamos lá falar nos impostos e nas taxas



municipais
Os impostos diretos
O IMI baixa de zero vírgula trinta e quatro para zero vírgula trinta e três.
Em primeiro lugar, é algo de quase residual. É um bocadinho ousado dizer-se, na
consideração que é feita, que é um concelho mais amigo das famílias e das
empresas por este facto. Sinceramente, não é por aí que se tornam mais amigos
E depois há uma coisa que eu queria aqui realçar, temos sempre dito isso.
O IMI é um imposto social, deve ser tratado como tal, e para isso deve ser feito
um estudo, um levantamento de situação, que permita fazer minorações e
majorações. Ou seja, em prédios devolutos, inabitáveis, faz todo o sentido que
haja um aumento do IMI em termos percentuais para que inclusive incentive a
que seja feita a reparação do próprio prédio. No sentido contrário, em áreas de
habitação social, de menores rendimentos, deve ser feito um estudo para
comprovar a necessidade de minorar esse tipo de efeito. Portanto, esse tipo de
trabalho deve ser feito pelos serviços camarários, enquanto não for feito nós
achamos que não estão em condições de serem criados os factos para podermos
votar favoravelmente. Somos a favor da descida do IMI, por isso abstemo-nos
nesta proposta
Derrama e conjuntamente com a comparticipação no IRS. Somos
frontalmente contra desta baixa de imposto porque ela favorece quem e porquê?
Quando se baixa a derrama estamos a favorecer as empresas, nomeadamente
aquelas que têm um volume de negócios mais elevado. Ora, são estas empresas
que porventura poderão melhor sustentar os cofres da autarquia que precisa de
ter dinheiro de algum lado que venha
Quanto ao IRS, quem é que beneficia com uma alteração de cinco por
cento para quatro vírgula setenta e cinco? Isto exatamente quem tem um valor
de IRS elevado, quem tem fortes rendimentos. À major parte das pessoas não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL fará interesse algum este tipo de baixa de imposto e, por isso, desfavorece no sentido de criar melhores condições para auferir rendimentos em termos camarários.----------Impostos indiretos.----------Eu gostava de uma explicação, se for possível, da parte do senhor presidente sobre esta questão da taxa municipal de direitos de passagem. Eu não consigo perceber, nós não conseguimos perceber, melhor dizendo, como é que na lei das comunicações eletrónicas, que foi recentemente atualizada, está descrito no número quatro, artigo cento e sessenta e nove, que são as empresas responsáveis pelo pagamento e depois tudo isto reverte em desfavor dos clientes? Qual é o valor que as empresas fazem chegar, pagam, transferem para a Câmara Municipal? Qual é o número de contratos que nós temos no nosso concelho? Quais são os dados que a Câmara tem sobre isto para que possamos ter alguma consideração mais sólida e mais fundamentada?-----------Assim como em relação à Resulima. É de todo importante que nós sejamos esclarecidos o que é que está projetado, digamos, aquilo que está como estratégia em termos camarários, para se falar em relação a este imposto da Resulima.----------E não esquecer que é necessário, de todo, que seja acompanhado de um conjunto de meios específicos para recolha seletiva desses mesmos resíduos.----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.---------Tem a palavra o senhor deputado Miguel Durães, do Partido Social Democrata.-----**DEPUTADO DO PSD – Miguel Durães** – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Junta, Senhores Deputados, Comunicação Social e Público hoje aqui presente e que nos segue via Web, boa



------A intervenção do senhor deputado Hélder Tomé dá-me a oportunidade ideal para responder de forma clara, precisa, concisa e completa ao Partido Socialista e à distância que nos separa neste tema em apreço.----------No ano passado, bastaram cinquenta e oito dias desde a tomada de posse deste executivo para assistirmos a um virar de página por completo na governação da nossa cidade. Facto demonstrado desde logo através de benefícios fiscais e apoios para as famílias barcelenses e da redução dos impostos e taxas municipais que nos colocaram em pé de igualdade com as praticadas no quadrilátero urbano, sendo nós, aliás, aquele que passou a praticar a taxa da Derrama mais baixa.-----------Assistimos agora, não escondendo o regozijo e a satisfação, que esta estratégia económico-financeira continua com toda a força, indo ainda mais longe em dois mil e vinte e três, passando a praticar, a par do concelho de Guimarães, a taxa de IMI mais baixa do quadrilátero urbano. Mais, se juntarmos aqui as medidas de redução fiscal a aplicar na derrama, o concelho de Barcelos torna-se mesmo atualmente o concelho mais competitivo do quadrilátero, sendo que não podemos deixar de realçar que pela primeira vez o Município de Barcelos abdica da comparticipação da taxa máxima de IRS sobre os barcelenses, baixando esse imposto também.----------Relativamente às taxas municipais – isenções e reduções para o ano de dois mil e vinte e três – e por economia de tempo, temos a declarar o seguinte:-------Tendo em conta o cenário macroeconómico explosivo que vivemos e o brutal aumento da taxa de inflação sobre os portugueses e aqui em particular sobre os barcelenses, este executivo municipal volta a demonstrar a sua sensibilidade social contrariando a subida da carga fiscal, mantendo, ao menos aqui em Barcelos, preços praticados em dois mil e vinte e dois e indo ainda mais



longe, isentando outras e reduzindo inclusive algumas das mesmas, dando aqui,
por exemplo, a redução de cinquenta por cento das taxas fixadas aos mercados e
feiras
Agora, para aqueles que gostam de falar do alto da montanha
autointitulando-se ou julgando serem os arautos ou donos da solidariedade ou
da sensibilidade social, a esses deixamos humildemente aquele que é
verdadeiramente o sentido do ditado do povo quando dizem "não olhem para o
que eu digo, olhem para o que eu faço"
Nesse sentido, saudamos uma vez mais este executivo por fazerem, por
fazerem o que defendiam no passado, por fazerem acontecer o que assumiram
com os barcelenses em eleições, e por demonstrarem a sensibilidade social que
estes necessitam, hoje mais do que nunca, ao contrário do que, e no que toca a
esta matéria de impostos e taxas municipais, não fizeram, por exemplo, o Partido
Socialista local nos tempos em que estivemos ligados à máquina sob assistência
externa da troika ou mais recentemente numa pandemia sem precedentes na
história global
Os barcelenses, esses sim, saberão, como souberam há um ano atrás,
distinguir os que falam dos que fazem!
Tenho dito
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Tem a palavra o senhor deputado Firmino Silva, do CDS-PP
DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Excelentíssimo Senhor Presidente da
Assembleia, respetiva Mesa, Senhor Presidente da Câmara, demais Vereadores,
Senhores Membros da Assembleia Municipal, Minhas Senhoras e Meus
Senhores
A Coligação Barcelos Mais Futuro tinha assumido perante os barcelenses,
como um dos seus compromissos políticos, a redução da sua carga fiscal



O atual executivo municipal, mal iniciou funções, começou desde logo a
cumprir parte desse compromisso
Logo em finais do ano de dois mil e vinte e um, submeteu à Assembleia
Municipal uma proposta, que foi aprovada, de redução da taxa de IMI para os
prédios urbanos avaliados
E continua o executivo municipal, com a presente proposta, a cumprir o
seu compromisso de reduzir a carga fiscal, alargando-a agora não só ao IMI, mas
também à Derrama e ao IRS
Lembramos todos os presentes que o executivo municipal anterior, do
Partido Socialista, apenas no ano de dois mil e nove, ano em que ganhou as
eleições autárquicas, baixou a taxa do IMI
Nos doze anos que levou à frente dos destinos do concelho, o Partido
Socialista nunca mais foi capaz de reduzir a taxa de IMI a pagar pelos barcelenses,
embora tivesse todas as condições para o fazer, pois que a receita vinha a
aumentar ano após ano
O CDS sempre reivindicou do anterior executivo a redução da taxa do IMI
Felicita o CDS este executivo por também baixar a taxa da Derrama a
cobrar às empresas, reconhecendo o uso da Derrama como um incentivo, um
instrumento de captação de novos investimentos, de incentivo à instalação de
novas empresas no nosso concelho
Felicitamos ainda este executivo por ter a coragem de pela primeira vez no
Município de Barcelos fazer um corte na taxa do IRS
Tal irá permitir que os barcelenses que pagam IRS tenham acesso ao
chamado benefício municipal no IRS, que consiste na possibilidade da devolução
de uma parte do IRS que é cobrado aos barcelenses
Ora, esse benefício resultará da diferença entre a participação escolhida
pelo município e a taxa máxima permitida



Tem vindo a público um coro de críticas, principalmente do Partido
Socialista, fazendo passar a ideia que tudo isto representa muito pouco, que o
benefício para os barcelenses será reduzido
Pois bem, somos daqueles que pensam que é melhor ter alguma coisa, por
pouco que seja, do que nada ter
Estes são passos que o Partido Socialista nunca teve a coragem de dar!
Quanto à proposta das taxas municipais, tem o seu teor em consideração
o período difícil em que vivemos, de aumento do custo de vida, altas taxas de
inflação e arrefecimento económico
A redução de cinquenta por cento das taxas de mercados e feiras, a
manutenção da taxa municipal dos direitos de passagem, a isenção das taxas a
cobrar pelas esplanadas e a não atualização de todas as taxas municipais,
merecem destaque e a nossa concordância
Naturalmente que o CDS votará favoravelmente as duas propostas
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Terminou então o debate do ponto três e do ponto quatro, passava a
palavra ao senhor presidente da Câmara
PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente
Renovo os cumprimentos a todos e a todas
Dar uma ou duas explicações que me parecem pertinentes
A primeira, explicar que esta tomada de posição tem a ver com um
pensamento estratégico bem fundamentado e que desde sempre, quer na
oposição, quer depois já no poder, o expressamos de uma forma muito clara,
transparente e objetiva
Nós queremos efetivamente atrair para Barcelos não só investimento mas
também quadros superiores e população para vir residir, estudar, trabalhar em



Barcelos
Nós todos sabemos que, e os índices que o INE muito recentemente
também divulgou, Barcelos foi dos concelhos do quadrilátero o que mais desceu
em termos de população e, mais do que isso, na CIM do Cávado foi também, a
par de Terras de Bouro, os concelhos que mais desceram de população
Para que nós estrategicamente possamos intervir dentro das nossas
possibilidades, para além das políticas municipais ativas na habitação, na
qualidade de vida, nas acessibilidades que podemos fazer e que no orçamento
naturalmente iremos abordá-las, também em termos fiscais é importante dar
uma nota. E estas reduções têm a ver exatamente com esta questão
O senhor deputado Miguel Durães já o disse, mas eu queria aqui realçá-lo
porque acho de todo e deveras importante. Quando Portugal foi objeto de
intervenção pela troika, quando passámos a pandemia, o Partido Socialista não
teve a sensibilidade social, mesmo arrecadando mais receita de IMI, de IRS, de
Derrama, ter o cuidado de posicionar Barcelos num patamar de competitividade
com os parceiros do quadrilátero. Então a nossa estratégia passa claramente por
aí, por sermos mais competitivos relativamente aos nossos parceiros do
quadrilátero
Desta forma, no IMI, com esta mudança, somos, a par da cidade de
Guimarães, os que praticamos as taxas mais baixas, abaixo de Famalicão que faz
zero vírgula trinta e cinco e de Braga que põe zero vírgula trinta e quatro. Isto
representa para os cofres municipais uma cobrança a menos de trezentos mil
euros, aproximadamente, que vai diretamente para as famílias e para as
empresas
Também na Derrama, com esta alteração, somos o concelho que pratica a
taxa mais baixa da Derrama. Barcelos tem um ponto um, Braga um ponto cinco,
Guimarães um ponto cinco, Famalicão um ponto dois. E com esta medida nós



também deixamos de arrecadar cerca de cento e catorze mil euros/ano, que vão também de alguma maneira ajudar as empresas e também, por via indireta, os trabalhadores e o emprego.------------Mas também no IRS. Eu sei que os partidos, sobretudo os partidos da extrema-esquerda, têm dificuldade em perceber que a classe média paga impostos, mas paga. A classe média paga impostos e não são pequenos. E quando se diz que há uma excessiva carga de impostos, se os municípios puderem contribuir e sobretudo numa época de crise inflacionista, naturalmente que alivia também as famílias, e é esse o objetivo. E dessa medida, Barcelos fica, mesmo assim, na taxa de IRS, abaixo de Guimarães que faz cinco por cento, não tem nenhuma redução, mas fica acima de Famalicão que tem quatro ponto cinco e de Braga que tem três ponto setenta e cinco.----------Estas medidas são absolutamente decisivas para, como disse, ganharmos competitividade e escala junto dos nossos parceiros do quadrilátero.----------Agora, respondendo telegraficamente a duas questões que foram aqui levantadas. Nós, relativamente à taxa do IMI, queremos, é esse o objetivo, que os prédios devolutos tenham um incremento de taxação porque entendemos que é uma forma de alguma maneira estimular os proprietários ou a intervir ou a pôr no mercado esses mesmos imóveis devolutos, sobretudo os do centro histórico e nas ARU's.-----------De qualquer das formas, não fizemos ainda este ano porque ainda não temos por parte das finanças o estudo completo para percebermos qual o impacto e quais efetivamente são os prédios que estão nesta situação.-----------A questão dos direitos de passagem que o deputado José Maria Cardoso colocou, tenho-lhe a dizer que efetivamente o que acontecia no passado é que as operadoras faziam refletir no preço no consumidor esta taxa, atualmente isso não acontece. E como nós decidimos que não haveria aumento nenhum



relativamente a qualquer taxa por causa da crise que vivemos, não aumentamos esta taxa que fica com zero vírgula vinte e cinco, como estava anteriormente. E vai na página trezentos e nove do orçamento a nossa previsão, em linha do que foi o ano passado, que são cerca de quarenta e cinco mil euros de receita nesta matéria.----------Quanto à questão da taxa de resíduos sólidos, eu já disse aqui várias vezes, e repito sem problema algum, que quem define a taxa é a ERSAR, a ERSAR impõe uma taxa. O Município de Barcelos assobiou para o lado durante doze anos e faz com que Barcelos neste momento, a par de Ponte de Lima e dos Arcos de Valdevez, sejam os únicos municípios que estão a cobrar muito abaixo....-------PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Terminou o seu tempo, senhor presidente.-----PRESIDENTE DA CÂMARA – Eu na altura do orçamento continuarei.-----**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Muito obrigado, senhor presidente.----------Nós temos que nos entender aqui. Eu faço uma Conferência de Líderes e acerto em Conferência de Líderes os tempos a distribuir. E os tempos a distribuir em Conferência de Líderes algumas das vezes há alguma relutância em atribuir muito tempo ao senhor presidente da Câmara. O tempo está perfeitamente distribuído, as regras são estas. Eu pedia ao senhor presidente da Câmara sempre poder de síntese para responder dentro do tempo, se não respondeu é porque entendeu não dar a devida resposta. Eu tenho de fazer cumprir as regras que aprovámos em Conferência de Líderes e, fazendo-as cumprir, eu pedia aos senhores líderes municipais que não venham solicitar tempo ao senhor presidente da Câmara, dando a entender que o presidente da Assembleia não quer dar tempo ao presidente da Câmara. Não é isso. Aprovámos as regras e eu faço-as cumprir, foi isso que me mandataram. Portanto, assim sendo, o senhor presidente da Câmara já disse, depois dará esclarecimentos complementares na parte do orçamento.-----



Vamos então passar à votação da proposta da Câmara Municipal para a
fixação das taxas a cobrar em dois mil e vinte e três, relativas às receitas
municipais: Imposto Municipal sobre Imóveis, Participação no IRS e Derrama
Requerem que se vote em separado
Vamos fazer a votação em separado dos três impostos previstos na
proposta três da Câmara
Vamos então votar o Imposto Municipal sobre Imóveis!
Quem vota contra?
(Um PCP)
Quem se abstém?
(Dois BE)
Quem vota a favor?
(Cento e dois: trinta e nove PS, trinta e três PSD, vinte e um BTF, quatro
IND, três CH, um TB, um CDS-PP)
Aprovado por maioria com cento e dois votos a favor, duas abstenções e
um voto contra
Vamos agora votar a Participação no IRS!
Quem vota contra?
(Três: dois BE, um PCP)
Quem se abstém?
(Ninguém)
Aprovada por maioria com três votos contra e os votos favoráveis de toda
a Assembleia Municipal (cento e dois: trinta e nove PS, trinta e três PSD, vinte e
um BTF, quatro IND, três CH, um TB, um CDS-PP)
Vamos votar agora a Derrama!
Quem vota contra?
(Dois BE)



Quem se abstém?
(Um PCP)
Aprovada por maioria com dois votos contra, uma abstenção e o voto
favorável da restante Assembleia (cento e quatro: quarenta e um PS, trinta e três
PSD, vinte e um BTF, quatro IND, três CH, um TB, um CDS-PP)
Vamos agora votar o ponto quatro, que é a proposta da Câmara Municipal
relativa à cobrança, em dois mil e vinte e três, da Taxa de Mercados e Feiras, Taxa
Municipal de Direitos de Passagem, Taxa de Ocupação da Via Pública
(esplanadas), Taxas Municipais (impostos indiretos) e Taxa de Resíduos Sólidos
Requerem que se vote em separado
Vamos votar a Taxa de Mercados e Feiras!
Quem vota contra?
(Ninguém)
Quem se abstém?
(Ninguém)
Aprovada por unanimidade (cento e sete: quarenta e um PS, trinta e três
PSD, vinte e um BTF, quatro IND, três CH, dois BE, um TB, um CDS-PP, um PCP)
Vamos agora votar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem!
Quem vota contra?
(Ninguém)
Quem se abstém?
(Dois BE)
Aprovada por maioria com duas abstenções e os restantes a favor (cento
e cinco: quarenta e um PS, trinta e três PSD, vinte e um BTF, quatro IND, três CH,
um TB, um CDS-PP, um PCP)
Vamos agora votar a Taxa de Ocupação da Via Pública (esplanadas)!
Quem vota contra?



(Ninguém)
Quem se abstém?
(Ninguém)
Aprovada por unanimidade (cento e sete: quarenta e um PS, trinta e três
PSD, vinte e um BTF, quatro IND, três CH, dois BE, um TB, um CDS-PP, um PCP)
Vamos agora votar as Taxas Municipais (impostos indiretos)!
Quem vota contra?
(Ninguém)
Quem se abstém?
(Ninguém)
Está também aprovada por unanimidade (cento e sete: quarenta e um PS
trinta e três PSD, vinte e um BTF, quatro IND, três CH, dois BE, um TB, um CDS
PP, um PCP)
Votação da Taxa de Resíduos Sólidos!
Quem vota contra?
(Ninguém)
Quem se abstém?
(Vinte: dezasseis PS, dois BE, um TB, um PCP)
Aprovada por maioria com oitenta e sete votos a favor (vinte e cinco PS
trinta e três PSD, vinte e um BTF, quatro IND, três CH, um CDS-PP) e vinte
abstençõesabstenções
O Bloco de Esquerda vai apresentar uma declaração de voto sobre estes
últimos dois pontos, está registado em termos de gravação e de ata
Vamos então passar agora para o ponto cinco da ordem de trabalhos, que
é: discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para
dois mil e vinte e três
Eu dava a palavra ao senhor presidente da Câmara para apresentar o



documento. Ha um tempo giobai de trinta minutos para o sennor presidente, que
gastará agora e o tempo sobrante fica para a intervenção final
PRESIDENTE DA CÂMARA – Renovo os cumprimentos a todos
Se me permitem, vou concluir a intervenção de há pouco e depois, sim,
falar brevemente sobre as grandes opções do plano e orçamento para dois mil e
vinte e três
Há pouco estávamos a falar na questão da taxa de resíduos e o que eu
estava a tentar dizer é que efetivamente os Municípios de Barcelos, Ponte de
Lima e dos Arcos de Valdevez são aqueles que aplicam uma taxa abaixo do
recomendado pela ERSAR. A ERSAR recomenda que a taxa seja na ordem dos
noventa por cento do custo efetivo e o Município de Ponte de Lima, Arcos e
Barcelos não têm essa situação, com uma agravante, a taxa em Barcelos anda
pelos cinquenta e cinco por cento, e há uma taxa de não cobrança que atinge o
valor de um milhão e setecentos mil euros de taxa não cobrada pelo Partido
Socialista nos últimos dois anos. Isto quer dizer que, para além de não cumprir as
regras do ERSAR, não cumpria as regras da contabilidade pública e da
administração pública e do procedimento público administrativo de cobrar os
serviços que são obrigatórios. E não cobrando os serviços, o que acontecia é que
todos os outros munícipes que pagavam é que tinham que arcar com esta
responsabilidade. Estamos neste momento a tentar, e com uma grande taxa de
aceitação por parte da população, para que possamos tornar esta situação
perfeitamente normalizada. Não sabemos ao certo quanto vai ser o aumento da
taxa. O que sabemos e queremos é que tenha o reflexo o menor possível nos
bolsos dos barcelenses, embora não possamos dizer, e dizemo-lo com toda a
frontalidade, estamos aqui para dar a cara pelas coisas boas, mas também pelas
notícias menos boas que temos que dar aos barcelenses. E essa notícia é
efetivamente assim. Porque basta lembrar o seguinte:



------A TGR, que é uma taxa que se cobra por tonelada, eu já disse aqui numa Assembleia que, em dois mil e vinte, andava pela ordem dos dois euros e que quando nós tomámos posse andava na ordem dos vinte e seis euros por tonelada. Passou de dois euros para vinte e seis euros por tonelada. E a previsão é que haja um aumento. E essa taxa vai direta para os cofres do Estado não passando na Câmara. Até na última assembleia da Associação Nacional de Municípios vários municípios, incluindo até alguns do Partido Socialista, disseram de uma forma inequívoca que isto era um imposto encapotado e era uma deslealdade para com as autarquias cobrar uma taxa à cabeça desta grandeza, que não tem nenhum reflexo nos cofres municipais. E dá uma ilusão errada aos munícipes: que as Câmaras estão a cobrar excessivamente a recolha de lixo, quando esse dinheiro vai direto para os cofres do Estado. Este ponto julgo que era muito importante ser agui referido.----------Agora, indo às grandes opções do plano.-----Agora, indo às grandes opções do plano.----------Naturalmente que nós já tivemos o cuidado de convidar todos os grupos parlamentares para explicar a nossa estratégia para o próximo ano. Também fizemos uma apresentação pública, através da comunicação social, das grandes opções do plano, portanto, não irei aqui deter-me muito em detalhe, apenas e só dar-vos algumas ideias que me parecem significativas.-----------Hoje discute-se estratégia em Barcelos. Hoje discute-se ideias, projetos e propostas. O que quer dizer que a nossa mensagem passou. O que quer dizer que nós conseguimos aquilo por que lutávamos quando estávamos na oposição: que havia um deserto de ideias; havia uma falta de planeamento; havia uma desorganização estratégica. Hoje, e aqui, pela voz - também aproveito para cumprimentar o novo presidente do Partido Socialista – do novo presidente do Partido Socialista já reivindicava, ao fim de um ano, que as nossas obras ainda não estavam no terreno. Porque hoje em dia já não se discute a falta de ideias e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL de estratégias, discute-se as obras que nós pusemos em cima da mesa, e isso é um passo importante. Porque quando todos estamos identificados com o que é preciso, mais fácil é encontrar e reunir vontades para atingir o objetivo. E é isso o que nós queremos e é isso o que vai acontecer.----------E quero-vos dizer que quando chegámos ao executivo, para além de notarmos de uma forma muito evidente que não havia estratégia, não havia planeamento, não havia ideias, havia uma desorganização absoluta. Para além de constatarmos isto, percebemos outra coisa que todos nós e os senhores presidentes de junta também o constatam diariamente: havia uma falta de cuidado com a nossa terra, uma falta de estratégia integrada, ou seja, as obras, que apareciam, apareciam de uma forma desgarrada, avulso, sem contextualização e enquadramento necessário para que essa obra possa resultar. Eu costumava dizer aos meus alunos que uma boa ideia deslocada no tempo e no espaço pode resultar muito mal, até pode ser prejudicial. E o que acontece é que muitas das obras que o Partido Socialista, infelizmente eu digo muitas mas não é verdade, as poucas obras que fez efetivamente quase todas elas estavam mal planeadas, não tinham contexto, não tinham enquadramento e, portanto, eram tendencialmente votadas ao insucesso ou a não ter os benefícios que se poderia retirar dali. E recordo-vos já duas: a questão das ciclovias. É inaceitável ter lançado o concurso, ter propagandeado a obra das ciclovias sem ter feito um estudo, como foi aqui bem referenciado, um estudo de trânsito e de estacionamento que de alguma maneira acomodasse uma boa ideia. E está a resultar mal e somos nós que vamos corrigir e densificar uma estratégia que estava absolutamente errada.----------Também disse, e aí peço perdão, que se calhar esteve mesmo distraído este tempo todo que esteve no Partido Socialista. Anunciou aqui com alguma pompa e circunstância que o PSD deixou uma dívida de cinquenta milhões de



euros. Quero-lhe dizer que desses cinquenta milhões que diz, foram trinta e dois milhões de empréstimos bancários. E sabe para que eram os empréstimos bancários? Foi para adquirir todos os terrenos do IPCA, que hoje é a bandeira de todos nós; para fazer a Central de Camionagem; para fazer o Estádio Cidade de Barcelos, uma obra das poucas que integraram o Euro dois mil e quatro que não foram financiadas pelo Estado; para fazer as piscinas municipais, como bem dizia há pouco o deputado António Jardim; para fazer quatro pavilhões desportivos, nunca mais se fez, nessa altura fez-se; para fazer a obra incompleta da frente ribeirinha, o Partido Socialista em doze anos fez zero; e também para a Casa da Juventude, que inclusive até foi inaugurada no tempo do engenheiro Guterres por um ministro do Partido Socialista, de Fafe, o Dr. Laurentino Dias, que foi um espaço importante. Estes investimentos é que deram origem a este pedido de empréstimo. O Partido Socialista não nos deixou uma boa situação financeira, deixou, como bem disse também aqui o deputado Luís Pereira, uma dívida vencida de cento e trinta milhões, mas também uma sentença que pode atingir os duzentos e trinta milhões. Foi isto o que o Partido Socialista nos deixou, meus amigos! Não há volta a dar! Se houvesse execução nós tínhamos que pagar, hoje, cento e trinta milhões! Não foi para obra, foi para um disparate que o Partido Socialista cometeu, que é por uma questão de não ter dado... às vezes na vida e na política ainda mais, e quando se trata de dinheiros públicos muito mais ainda, é preferível dar um passo atrás e não ficar preso a uma situação que depois inflacionou e criou este desequilíbrio que é cento e trinta milhões, dívida já vencida. Hoje, se quiséssemos resolver o problema que está em tribunal teríamos que passar um cheque de cento e trinta milhões. É isto o que o Partido Socialista nos deixou. Mais deixou-nos pior, deixou-nos um problema sem nenhuma solução, porque as três propostas que foram durante aqueles doze anos discutidas nenhuma delas vingou. Por culpa de quem? Do Partido Socialista que



-----Também dizer que, relativamente a esta questão da água, nós tivemos um comportamento, até foi elogiado pelo Bloco de Esquerda, se não estou em erro, na última Assembleia Municipal, de antes de fechar o acordo ouvir os partidos políticos. E senhor deputado Mário Figueiredo, eu não lhe pedi sigilo, pedi-lhe recato. Eu pedi-lhe recato e até tomei nota que é para não me enganar nos termos para depois não vir aqui corrigir. Pedi-lhe recato e contenção. E expliqueilhe porquê. Disse: "Porque não está fechado. Eu vim aqui apresentar-vos, como me comprometi na Assembleia Municipal, os contornos de um acordo que queremos concretizar e estamos dispostos a ouvir sugestões". As únicas sugestões que ouvimos, inclusive da CDU, foi que queriam a remunicipalização. Mas deixe que lhe diga, já lhe disse na altura e volto a dizê-lo agora em público, trouxe a questão, portanto, também o posso aqui divulgar. O que o senhor sugeria era um resgate negociado. Resgate negociado é igual a acordo, dê as voltas que der, isto é assim. O resgate negociado é acordo. O senhor pode dizer: "Este acordo eu não concordo. Eu preferiria pagar cento e trinta milhões e ficar com aquilo". Pronto, pode dizer isso, é uma opção. Nós temos a preocupação de minorar os efeitos para os munícipes e, portanto, vamos noutra direção. Agora, uma opção política discute-se, eu estou aberto a discussão política, mas não me vai dizer "eu quero o resgate". O resgate é impossível porque custa muito mais, são duzentos e trinta milhões. O resgate negociado é um acordo, pinte o senhor de que cor pintar, é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL assim que acontece as coisas.----------Como ainda tenho dezoito minutos, só vou gastar mais três, vou para as grandes opções do plano e orçamento, que me parece aquilo que é fundamental e importante.-----------A discussão parlamentar é dos elementos mais importantes numa democracia. Portanto, espero que seja um debate vivo, aceso, com propostas e com sugestões que naturalmente gostaremos de acolher.----------Quero-vos só dar nota que nós tivemos três preocupações:------------Uma preocupação social, daí um plano de emergência social que de uma forma... eu não quero classificar até porque não está aqui o senhor, portanto, não vou fazê-lo, o anterior presidente da Câmara fez um artigo de opinião em que reduziu o plano de emergência a uma insignificância, a uma minudência que não é real. Eu não vou adjetivar porque ele não está aqui, não se pode defender, portanto, não o farei. Acho que qualquer titular ou quem já tenha estado neste lugar de presidente de Câmara devia ter, sim, mais sentido de responsabilidade e mais respeito pelo cargo que ocupou. Mas dizer-vos que esta emergência ou sensibilidade social vai direto ao apoio efetivo das pessoas. E quando o Partido Socialista se ufana de que na Assembleia da República o governo lançou medidas mitigadoras de apoio às populações, nós contrapomos com o apoio que damos, que é muito mais efetivo e muito mais real. Vamos dar um aumento de vinte por

------Também uma nota para o "Cheque Bebé Saúde", porque entendemos e temos tido essa preocupação, até vertida pelos médicos pediatras do nosso concelho que nos vão dando nota que há uma desigualdade logo à nascença. O tratamento médico quer em termos de vacinação, quer em termos de apoios é

cento a todos aqueles que têm apoio à comparticipação de renda de casa.

Porquê? Para mitigar os custos acrescidos de gás e eletricidade. Isto é

importante.----



diminuto para as famílias mais carenciadas. E o "Cheque Bebé" vai no sentido

exatamente de tentar minorar esses efeitos negativos à partida.-----------Mas também quisemos ir mais longe nos transportes públicos. E aqui a recomendação do Bloco de Esquerda, em parte, já está completamente vertida na nossa proposta, todos os estudantes vão ter transporte gratuito. Vai haver uma redução efetiva para todas as pessoas que tenham um grau de deficiência e, portanto, com dificuldades de mobilidade, para que possam naturalmente usar os transportes públicos. Vamos reforçar os transportes públicos, as linhas de transportes públicos. Vamos também pôr um valor de circulação, chamemos-lhe passe social, que vai permitir que todos os barcelenses adquiram um passe social e possam circular no Barcelos BUS de uma forma completamente livre por um valor muito menor do que o que está em vigor. Eu julgo que, se não estou em erro, são vinte euros e na restante parte que não Barcelos BUS, portanto, zona urbana, fora da zona urbana será vinte e cinco euros. Isto quer dizer que nós estamos a tentar igualizar os preços com os nossos vizinhos e até tendencialmente vai ser mais baixo, Braga são vinte e sete, nós vamos ter vinte e cinco, Famalicão são vinte e seis, nós vamos ter vinte e cinco. E isto é importante porque também nos torna, mais uma vez, competitivos e isto é, mais uma vez, uma medida estratégica e uma medida que tem em vista uma visão global e não uma visão micro. Mas também, e isto também nos parece importante, temos feito conversas com a CP para alargar os comboios suburbanos também a Barcelos. Dispusemo-nos a que fosse criado um shuttle que ligasse Barcelos a Nine para permitir que os barcelenses possam ter os mesmos direitos que têm os concelhos vizinhos. Eu dou-vos só um exemplo: comprando um bilhete regional em Barcelos para ir ao Porto paga mais do que se pagar dois bilhetes, um para Nine e depois Nine para o Porto com o suburbano. Isto é anedótico num país civilizado. Portanto, estamos em negociações, julgo que vai ser possível a breve



prazo conseguir esse objetivo.-----

------Dizer-vos também que encontrámos vários constrangimentos, mas aqueles, para além da mobilidade que encontrámos, teve a ver com grandes infraestruturas. O senhor presidente do PS – desculpe lá voltar a si – disse "grandes obras estruturantes do PS", mas depois não conseguiu enumerar uma porque não existem. Não conseguiu enumerar, eu percebo-o, porque não havia nenhuma para apresentar. E nós percebemos que há uma limitação, um constrangimento absolutamente incrível que nós queremos ultrapassar. Na próxima reunião de Câmara já vão quatro passagens de nível num protocolo com a IP para serem desenvolvidas. É efetivamente uma questão que vem de trás. Mas eu relembro que em dois mil e dezassete, na primeira ou segunda reunião de Câmara, quando eu abordei a questão e coloquei ao senhor presidente da Câmara da altura que era importantíssimo resolver a questão das passagens de nível, a resposta dele foi: "Isso não é nada connosco, isso é com o governo". Hoje, quando as coisas começam a realizar-se, "Fomos nós que começamos. Não foram eles que começaram". Fomos nós que na oposição dissemos: "Vamos pôr isto na agenda porque isto é importante para Barcelos". E foi assim que se começou a falar nas eliminações das passagens de nível. Já acordámos com a IP mais sete que ainda este ano ou no início do próximo ano irão também a concurso público para serem efetivadas. Faltarão depois apenas duas que tiveram maior dificuldade em serem validadas ou o projeto ser de alguma maneira aprovado por todos, estou a falar de Aborim e estou a falar de Arcozelo, mas que já estão em elaboração os projetos e estou certo que também ainda no ano dois mil e vinte e três vão ser uma realidade.-----três vão ser uma realidade.-----------Mas depois há o fecho da circular. Ao contrário do que veio neste jornal, não foi por falta de aquisição dos terrenos que a obra não avançou, porque falta um terreno e não era necessário esse terreno para nós lançarmos a obra, não foi



por causa disso. Foi apenas e só porque falta o reconhecimento, que já está solicitado, do interesse público da REN para que possa ser lançado a concurso. E mais uma vez um projeto importante para Barcelos que esteve doze anos parado, doze anos parado, para fazer oitocentos metros de ligação que corresponde, depois no traçado final, contando com as duas vias em dupla faixa, cerca de três ponto dois quilómetros de estrada. Isto, sim, é falta de planeamento e falta de visão estratégica. Não havia revisão de projeto, o projeto é de lá de trás e nunca foi revisto. Não havia pedidos às entidades competentes para que pudessem efetivar. Eu sinceramente, e digo honestamente, logo na primeira vez que dei uma entrevista como presidente de Câmara disse que era a primeira obra que queria lançar, contando eu que o projeto estivesse em condições. Estivemos este tempo todo para ultimar estas questões todas para que pudesse ir a concurso. Mas vai! Isso é uma garantia e é um compromisso de honra. Teremos naturalmente os nossos compromissos muito em cima da mesa. Sabemos bem, dissemos aos barcelenses que queremos melhores acessibilidades, sobretudo a estrada trezentos e seis e a ligação de Negreiros. Senhora presidente, eu tive esse compromisso consigo e é para avançar.----------Também dizer-vos que queremos não só as piscinas municipais, não é uma, queremos duas piscinas municipais: uma a norte, outra a sul. É para fazer, os projetistas da Câmara Municipal estão com essa responsabilidade de a fazer.-------E queremos também mais três pavilhões municipais. Porquê? Porque entendemos que o desporto, a educação, a juventude são a mola que nos pode catapultar para um patamar de desenvolvimento muito maior.----------Espero sinceramente que votem favoravelmente este orçamento, que é o maior de sempre da história de Barcelos, não por isso, mas sobretudo porque é um orçamento e grandes opções do plano com visão estratégica, com ambição e com capacidade de realização.-----



Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente, pela
apresentação que fez das grandes opções do plano e orçamento municipal para
dois mil e vinte e três
Vamos entrar agora propriamente no debate que constará da seguinte
forma: haverão três rondas de inscrições, existe um tempo global de dez minutos
atribuído a cada grupo municipal
Vou abrir as inscrições para a primeira ronda!
Quem se inscreve para a primeira ronda?
Tem a palavra o senhor deputado Mário Figueiredo, do Partido Comunista
Português
DEPUTADO DO PCP – Mário Figueiredo – Muito obrigado, senhor presidente
O voto contra do Partido Comunista neste orçamento para dois mil e vinte
e três não impede que reconheça que há medidas previstas que acompanhamos,
mesmo aquelas que consideramos tímidas, nomeadamente na ação social, entre
outras
Contudo, o PCP entende que essas medidas funcionam como paliativos
cuja realidade impôs soluções ao município, mas não estão integradas numa
estratégia consistente que enfrenta atrasos estruturais e aproveita os recursos
existentes do nosso concelho que permita o desenvolvimento sustentado de
Barcelos
São reconhecidos os atrasos estruturais e os problemas complexos
herdados pelo executivo – que, como já sublinhei, a atual maioria conta com
alguns responsáveis – que um mandato não será suficiente para ultrapassá-los
Por isso, o orçamento municipal dois mil e vinte e três assumia as
características de urgência que não podia permitir mais adiamentos de decisões
que implicassem um modelo político governativo assente em objetivos concretos



não para um ano, mas para um ou até mais mandatos, definindo um concelho
que cumprisse as aspirações da população
No entender do PCP este documento não assume essas características de
urgência
A resolução do problema causado pela privatização da distribuição da água
e saneamento anunciada no orçamento não é uma solução, é a transferência
agravada do problema para a população que irá suportar aumentos sucessivos de
preços. Não afasta a possibilidade de novos pedidos de reequilíbrios financeiros
pela concessionária ao município. Permite que os privados controlem a
distribuição da água e saneamento por mais vinte anos, até dois mil e cinquenta
e quatro
Pergunto: quantos dos presentes estarão aqui nesta data? Aqui, na terra,
vivos. Não é aqui na sala. Eu se calhar não estarei
Lembrar ao senhor presidente que o PCP foi o primeiro partido a defender
o resgate da concessão da água, mas não foi o único, a própria Câmara Municipal
de Barcelos e a Assembleia Municipal de Barcelos defenderam o resgate da
concessão da água que, por motivos nunca esclarecidos, não deram cumprimento
a esta deliberação
Dizer também que o seu vice-presidente que está sentado ao seu lado
direito era defensor do resgate da concessão da água
Portanto, não queira fazer com que a posição do PCP era uma posição
leviana e inconcretizável
Lembrar também o senhor presidente que a decisão de privatizar a água,
que trouxe todos estes problemas aos cidadãos e ao município, foi também uma
decisão sua, não foi uma decisão do Mário Figueiredo. Portanto, não queira
incluir nestas responsabilidades o Partido Comunista Português
Dizer o seguinte:



------Na saúde o município afirma que irá "insistir, junto do governo, para a construção do Novo Hospital". Não esclarece como fará essa "insistência". Se será a mesma que tem permitido aos sucessivos governos continuar sem perturbações a política que nega aos barcelenses o equipamento que deveria estar construído em dois mil e doze. Essa "insistência" não faz mossa. Ou a "insistência" para dois mil e vinte e três tem novos contornos que queira aqui esclarecer?----------Pela experiência política que adquiri parece-me que essa afirmação no documento é uma frase solta desligada de uma ação concreta.-----------A aquisição do terreno para o novo hospital, responsabilidade do município, só se deverá colocar quando houver a certeza inequívoca que o governo irá avançar para a construção do hospital, isto é, quando tiver cabimento no orçamento de Estado, o que não aconteceu. Com esta medida o executivo irá cativar dois milhões de euros em dois mil e vinte e três sem qualquer garantia de construção do hospital, nesse ano já sabemos que não, mas até em anos futuros.-------A política fiscal anunciada é no entender do PCP mais populista do que eficaz e justa.-----------A descida de zero vírgula zero um por cento do IMI pouco alivia as famílias desfavorecidas e só tem impacto nos grandes proprietários. Uma família sem rendimentos e com um património de cem mil euros (um apartamento) irá beneficiar com esta medida dez euros, mas irá continuar a pagar trezentos e trinta euros por ano. Isto é, a medida é ineficaz, o que resolvia era o alargamento dos critérios de isenção de IMI que permitissem isentar deste imposto as famílias desfavorecidas.-----------O município com esta medida prevê deixar de cobrar trezentos e nove mil euros, a maior fatia aos grandes proprietários, mas disponibiliza para a medida de aumentos de apoio à renda de cento e vinte e cinco mil euros. É injusto.-----



A descida de zero vírgula vinte e cinco por cento do IRS pago pelos
contribuintes barcelenses não produz qualquer benefício à maioria das famílias
barcelenses que auferem salários baixos. As famílias da classe média pouco
beneficiarão
A família que paga dez mil euros de IRS, são muito poucas em Barcelos,
com esta descida de imposto beneficiará apenas de vinte e cinco euros
O município prevê que esta medida implica uma descida da receita em
duzentos e vinte mil euros a favor das famílias de grandes rendimentos, mas a
verba disponibilizada para o "Cheque Bebé" será de cento e vinte e quatro mil
euros. É injusto
A questão que se coloca é entre os beneficiados da baixa de impostos e os
beneficiados dos apoios sociais anunciados, quem são os mais favorecidos? Isto
é populismoé
Quanto à derrama, dizemos que estamos de acordo com a isenção das
empresas com um volume de negócio até cento e cinquenta mil euros. Não
concordamos com a descida geral da taxa
Sobre o Rio Cávado o executivo esclarece que irá manter uma equipa
permanente de intervenção e limpeza. Carece de explicação a proposta. Pretende
o município a criação de uma equipa de guarda-rios, como há anos propôs o PCP,
que devidamente equipada poderá proceder a intervenções rápidas no Cávado,
bem como sinalizar focos de poluição e em coordenação com as juntas de
freguesia identificar locais de obstrução ilegais ou não das margens? Ou será uma
mera contratação de serviços externos desligados dos problemas globais do
Cávado e que os últimos tempos têm demonstrado incapazes de satisfazer os
trabalhos necessários?
Nada é dito sobre o combate à poluição do Cávado
Falta intervenção junto do governo na exigência de uma plano de



despoluição do Cávado
Falta firmeza junto da concessionária AdB da necessidade de investimento
em equipamento de tratamento de águas residuais, como é exemplo o
funcionamento da ETAR de Areias de Vilar
Os açudes, património ribeirinho histórico, destruídos, que permitem a
estabilização do curso de água, não têm qualquer verba
A ecovia na sua grande extensão não tem qualquer verba atribuída e a
parte urbana, bem como os passadiços, teimam em não sair do papel. Nesta
sessão há mais um pedido para autorização dos encargos plurianuais para dois
mil e vinte e três destas propostas. Mais uma vez, adia-se estas necessidades
A mobilidade
Sublinha-se o início breve da circular do nó de Santa Eugénia por sete
milhões de euros e também a supressão das passagens de nível. Espero que se
concretizem, mas o PCP não deixa de estar cético sobre esta matéria. Mas mais
nada é dito sobre medidas concretas de defesa do transporte ferroviário. Aquela
incompreensão que o senhor presidente falou há bocado é uma incompreensão
que o Partido Comunista Português tem manifestado ao longo dos anos, que
inclusive resultou numa resolução do Conselho de Ministros da altura do Passos
Coelho, em que depois nada se concretizou. Com isso temos menos comboios,
temos horários absurdos e temos preços mais do dobro por não estarmos
incluídos na zona suburbana
Não há qualquer indicação do alargamento geográfico do serviço dos
Transportes Urbanos de Barcelos e é com apreensão que acolhemos a decisão do
executivo, não da qualificação da Central de Camionagem, mas sim a entrega da
sua gestão a privados
Para concluir, dizer que na educação sublinha-se algumas obras que são
feitas, nomeadamente da escola da Pousa e de Carapeços, mas são muitas e



muitas e muitas as obras que não têm qualquer cabimento orçamental para o
ano de dois mil e vinte e três de várias escolas do nosso concelho
Também no desporto, já foi falado das piscinas, da falta de uma pista de
atletismo, da falta de pavilhões multiusos, quer desportivos, quer culturais, tudo
isto são equipamentos de grande importância, principalmente para a juventude,
em que o município não dá qualquer resposta neste orçamento. Pode-se meter
tudo num papel em branco, tudo lá cabe, mas a sua execução é concretizada nos
valores que estão nos planos plurianuais e lá não tem qualquer cabimento
orçamental para todas estas obras para o ano dois mil e vinte e três
Por isso, entendemos que a estratégia que aqui afirmou o senhor
presidente da Câmara é uma estratégia mais uma vez adiada e que este
orçamento era de uma urgência que não podia permitir mais adiamentos de
obras fundamentais nestes setores estratégicos que permitiam o
desenvolvimento do nosso concelho
Disse
Muito obrigado pela vossa atenção
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Tem agora a palavra a senhora deputada Elisabete Silva, do BTF
DEPUTADA DO BTF – Elisabete Silva – Excelentíssimo Senhor Presidente da
Assembleia Municipal e restante Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da
Câmara e restante Vereação, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras
e Meus Senhores
A discussão dos documentos previsionais de contas (grandes opções do
plano e orçamento) é, talvez, do ponto de vista político, a que gera maior
intervenção nesta Assembleia Municipal quer pelo executivo e das forças
políticas que o aprovam, quer das oposições



legitimidade política para assim procederem
Vamos então à discussão!
Para uma discussão séria e rigorosa sobre os documentos, três linhas de
análise:
A primeira, marcadamente reformista, que contraria a tendência
observada no passado, sobre a política fiscal:
Reduz a taxa do IMI, da Derrama e do IRS;
Reduz em cinquenta por cento as taxas de mercados e feiras;
lsenta as taxas de esplanadas;
Não atualiza as demais taxas municipais
São medidas corajosas que demonstram a emergência de um novo
paradigma sobre a cobrança de impostos, deixando mais rendimento disponível
para apoio às famílias e às empresas. Sem esquecer, claro está, a conjuntura
económica e financeira muito difícil em que vivemos
A segunda linha de análise é aquela que nos transmite uma preocupação
de natureza social, ao garantir e contemplar uma multiplicidade de apoios às
famílias mais vulneráveis e de menores recursos, sem esquecer, também, o apoio
à natalidade
A terceira linha de análise é aquela que nos é apresentada na análise
orçamental
Desde logo pela dotação do orçamento em cerca de noventa e seis vírgula
seis milhões de euros de receita (o maior de sempre!), para uma despesa de igual
valor
Desagregando estes valores, as receitas correntes representam cerca de
setenta e nove vírgula cinco milhões de euros e cerca de dezassete vírgula um
milhões de euros de receita de capital
As despesas correntes cifram-se em cerca de cinquenta e oito vírgula três



milhões de euros e as despesas de capital em cerca de trinta e nove vírgula sete
milhões de euros
Ora, é desta poupança corrente em cerca de vinte e um vírgula dois
milhões de euros que o município pode investir muito perto de quarenta milhões
de euros em dois mil e vinte e três, em múltiplos projetos em curso e outros a
iniciar, inscritos no Plano Plurianual de Investimentos
E já agora, para quem diz que não há obras nem investimentos previstos,
que faça uma consulta aos mapas das Grandes Opções do Plano e Plano
Plurianual de Investimentos
Aliás, se houver críticas a fazer deverá ser mais pelo atraso na
contratualização dos fundos do novo quadro financeiro plurianual, ou seja, o
Portugal Vinte/Trinta, e a correspondente distribuição pelos Programas
Operacionais Regionais, no nosso caso o NORTE Vinte/Trinta
É por isso que remeto para os mapas do orçamento para vermos que há
inúmeros projetos previstos à espera deste instrumento financeiro para os
próximos sete anos. Poderemos estar a falar em fluxos financeiros próximos ou
superiores a duas dezenas de milhões de euros, só no NORTE vinte/trinta, a
contratualizar no âmbito da CIM Cávado
Ainda nesta terceira linha de análise podemos observar que na
classificação económica zero seis, da despesa – outras despesas correntes –, está
inscrita uma dotação financeira, embora residual, para indemnização do acordo
extrajudicial da Águas de Barcelos, SA, pela concessão das redes públicas de água
e saneamento
E vai mais longe o documento ao admitir como objetivo que o limite
máximo para o acordo definitivo é até ao fim do primeiro trimestre de dois mil e
vinte e três
Ilm acordo celebrado nesta matéria e das condições em que será



alcançado, afastarão o fantasma que, permanentemente, ameaça o normal
funcionamento do município, porque estamos a falar de prestações vencidas em
mais de cento e trinta milhões de euros
Portanto, estes documentos de prestação de contas são ambiciosos,
exigentes e compatíveis com as necessidades das famílias, das empresas, das
associações e das juntas de freguesia
O BTF vota favoravelmente a presente proposta número cinco da ordem
do dia
Muito obrigada
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora deputada
Tem agora a palavra o senhor deputado Miguel Martins, do Bloco de
Esquerda
DEPUTADO DO BE – Miguel Martins – Uma vez mais cumprimentando na sua
pessoa, senhor presidente da mesa da Assembleia, todas e todos os presentes
Sobre o orçamento municipal e as grandes opções do plano para o ano
dois mil e vinte e três. Com o orçamento com o maior valor de sempre, as
escolhas políticas do executivo municipal da coligação de direita que reúne PSD,
CDS e BTF revelam-se, no mínimo, um conjunto de promessas que deixam muito
a desejar. Num dos momentos mais importantes da vida política do nosso
concelho, e perante a situação dramática que as várias crises que temos vindo a
enfrentar provoca, este orçamento não responde a Barcelos ou aos barcelenses.
Entre autoelogios e um vangloriar pelo rumo que o concelho tem seguido no
último ano de governação, as e os barcelenses são, uma vez mais, penalizados
pela falta de ambição e de respostas por parte deste executivo
Veja-se, desde já, as políticas direcionadas para os mais jovens, a
juventude. Sectoriza-se este grupo da população, falando de eixos – conforme
está no documento – para a educação, cidadania, cultura, entre outros aspetos,



tudo isto assente em empreendedorismo e autonomia. Muito bem. Mas agora ausculte-se o que os jovens nos têm a dizer a nós, decisores políticos. Porque é que tantas e tantos jovens que crescendo e frequentando as escolas em Barcelos acabam por sair do concelho, estando este tão perto de outras cidades, no litoral do país? Porque é que Barcelos não é suficientemente atrativo para o futuro dessa população? Será por causa do preço da habitação, com custos incomportáveis para os jovens? Será devido aos baixos salários e à precariedade que caracterizam a realidade laboral do nosso concelho? Serão as péssimas condições de mobilidade na ligação das freguesias à cidade e às cidades vizinhas? Ou será a realidade local que se foi tornando gradualmente menos atrativa devido à estagnação e à ineficácia das respostas por parte dos sucessivos executivos municipais? Muitos são os problemas dos jovens a que este orçamento não dá resposta. As políticas para a juventude não se podem limitar a dar incentivos assentes na lógica do empreendedorismo, limitado a um grupo restrito de jovens, com um determinado conjunto de capacidades académicas e financeiras acima da média do concelho. Barcelos é ainda muito díspar relativamente às várias vertentes englobadas na vida dos jovens e, nesse sentido, são precisas políticas para todos os jovens, sem exceção, algo que não está presente neste documento apresentado.----------Passemos para a cultura. Barcelos é um concelho em que a cultura se assume como uma dimensão extremamente importante da nossa realidade local. Desde a arte mais popular, como sejam o artesanato e outros ofícios, os grupos folclóricos, os grupos de teatro e outros de cariz mais ou menos popular, até à produção cultural alternativa, o nosso concelho é reconhecido por todo o país, entre outros aspetos, pela cultura. Onde está o apoio às atividades artísticas, com espaços próprios, que há tanto tempo é reivindicado? É imprescindível fomentar a cultura e o seu acesso e, neste orçamento, este setor não recebe as respostas



necessárias
Já ao nível do ambiente importa, desde já, questionar qual a razão para
que Barcelos ainda não tenha um plano municipal de adaptação às alterações
climáticas? Um documento estrutural tão importante para o concelho, mas que
o atual executivo ainda não apresentou
Além disso, e ainda relacionado com o ambiente, embora já entrando na
questão da mobilidade. No documento apresentado é referido um "Plano de
Urbanização para a Envolvente ao Centro Intermodal de Barcelos", ou seja, a
criação de uma interface multimodal que conjugue o transporte ferroviário com
o transporte rodoviário. Senhoras e senhores deputados, e de forma muito
pragmática, sem mais e melhores explicações, esta proposta não passa de dar um
nome pomposo para algo que não funcionará e que não serve, de todo, a
população e o concelho
Mais, e até referindo algo que foi dito ainda agora pelo senhor presidente,
a linha suburbana Barcelos-Porto que foi mencionada, a criação da rota, é algo
bastante positivo, isso não temos qualquer dúvida, agora não convém cair numa
certa lógica demagógica como se fosse o município a concretizar esta linha,
porque esta linha está consagrada no plano ferroviário nacional que é
apresentado pelo governo. Nós ficamos bastante felizes que esta linha seja
concretizada. Agora, não convém que o município assuma coisas que não são da
sua responsabilidade
Outra questão também, relativamente ao orçamento, é o ponto relativo
ao bem-estar animal que, a nosso ver, é extremamente vago, como se fosse
apenas mais um tema a abordar no documento, sem que houvesse preocupação
na sua concretização. Afinal, como é que as medidas se concretizam? Ou são
apenas enunciadas e, uma vez mais, não sairão do papel?
Há outros aspetos a explorar que ainda aqui serão abordados pelo Bloco



de Esquerda. No entanto, uma coisa é certa, este orçamento revela-se mais do
mesmo, com promessas ocas que deixam muito a desejar e que falham às e aos
barcelenses, e merecem a reprovação do Bloco de Esquerda
Disse
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Tem agora a palavra o senhor deputado Hélder Tomé, do Partido
Socialista
DEPUTADO DO PS – Hélder Tomé – Senhor Presidente da Assembleia, Senhor
Presidente da Câmara, nas suas pessoas cumprimento, novamente, todos os
presentes
Apreciamos aqui hoje as grandes opções do plano e orçamento para dois
mil e vinte e três. O segundo orçamento apresentado pela coligação de direita
que governa o município desde há pouco mais de um ano
Este orçamento, apesar de ter "a maior dotação de sempre" – por efeito
da transferência de competências da administração central –, desilude!
Desilude, em primeiro lugar, no discurso: baixa a expetativas, dizendo que
é para pensar em dez anos como horizonte temporal para fazer obra Mas o
mandato é de quatro
Desilude, em segundo lugar, porque já está a dizer que o grosso dos
recursos financeiros necessários para executar as grandes obras dependem do
PRR, do governo, da CCDR, da CIM, fundos comunitários
Curioso é só agora descobrirem que para as grandes obras é preciso
financiamento supramunicipal!
Perguntamos: o que é feito dos trinta milhões de euros que herdaram de
saldo e que tanto criticaram, dizendo que era o resultado de não se fazer obra no
concelho de Barcelos?
PEDU é um plano que transita do executivo anterior. Faco votos sinceros



para que executem as obras tão brevemente quanto possível. São boas obras,
pelo que Barcelos ganhará quando estiverem concluídas
Em termos sociais, temos o "Cheque Bebé" de cento e cinquenta euros
para as famílias que tenham filhos. É algo de positivo, não há dúvida. Mas todos
concordarão que ainda está longe daquilo que foi propagandeado como políticas
amigas da família por parte da coligação. Isto significa uma despesa total para
dois mil e vinte e três de cento e vinte e quatro mil euros, ou seja, menos de zero
vírgula dois por cento do orçamento!
E temos um reforço do apoio às rendas para famílias economicamente
desfavorecidas. Positivo também. Isto significa uma despesa total para dois mil e
vinte e três também de cento e vinte e cinco mil euros, isto é, também menos de
zero vírgula dois por cento do orçamento!
Muito pouco para depois se dizer que este é um eixo estratégico, parte do
primeiro pilar da estratégia de governação
Os barcelenses valorizariam muito mais medidas concretas por parte do
executivo, que complementassem as assumidas pelo governo, para minimizar a
perda de poder de compra que os trabalhadores enfrentaram este ano. Não se
trata de criar despesa permanente. Trata-se de desenhar apoios concretos e
direcionados para quem mais precisa
O executivo está a perder uma grande oportunidade para mostrar
efetivamente que tem sensibilidade social. Fazer é sempre mais difícil do que
prometer
Senhoras e senhores deputados, o melhor que tem este orçamento vem
da governação anterior. Não há novidades com exceção de manifestações de boa
vontade projetadas para futuro
O PS irá abster-se na sua votação, dando naturalmente liberdade de voto
aos senhores presidentes de junta



-----Só como referência, o Partido Socialista no primeiro ano do mandato baixou mais os impostos do que aquilo que eventualmente este executivo vai baixar se mantiver este ritmo de redução de impostos até ao final do mandato.-------Queria também falar aqui um pouco daquilo que o senhor presidente falou relativamente ao processo das águas. Ó senhor presidente, nós condenados por aquilo que eram as cláusulas que estavam no contrato que foram aprovadas por vocês e que não tivemos direito a recurso para as combater. Por isso, é uma consequência do contrato que vocês assinaram. E aparentemente vamos voltar àquilo que era o acordo de dois mil e nove, com a atualização de alguns valores. Mas aí ainda haveremos de falar mais vezes...-----------Ainda sobre a dívida que vocês deixaram em dois mil e nove. Não foi só isso, senhor presidente. Foi também a PPP Barcelos Futuro, cujas obras ainda tivemos nós que as pagar e muitas delas já tinham mais de duzentos por cento de derrapagem. E que foi inclusive: os pavilhões, a frente ribeirinha e mais algumas obras que vocês deixaram por pagar. Ao contrário das obras que nós deixámos projetadas e lançadas que deixámos dinheiro para elas serem -----Falta de estratégia que nos acusa. Não há estratégia mais preponderante e mais marcante do Partido Socialista que foi o investimento do parque escolar. Foram vinte e cinco milhões de investimento nas escolas do nosso concelho.---------Para além daquilo que foi assumido pelo Partido Socialista, um investimento generalizado nas freguesias através do protocolo dos duzentos por cento, mais subsídios de reforço a toda a atividade nas freguesias.-----------Não temos obras marcantes, é um facto, mas temos um investimento generalizado pelo concelho todo e disso as pessoas não nos podem contrariar, pois deixámos essa obra feita.----------Falta de estratégia. Eu queria recordar o investimento que nós fizemos na



Torre Medieval e no Museu de Olaria assente numa estratégia de promoção do
caminho de Santiago e foi através da implementação de toda esta dinâmica que
conseguimos alavancar toda a atividade turística de Barcelos e do seu
artesanato
Deixaria mais intervenções para uma segunda parte
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Tem agora a palavra o senhor deputado Alexandrino Ribeiro, do Partido
Social Democrata
DEPUTADO DO PSD – Alexandrino Ribeiro – Renovo os cumprimentos à Mesa,
ao Executivo, aos meus Colegas e ao Público
O orçamento e as grandes opções do plano para dois mil e vinte e três, que
o executivo municipal nos apresenta para discussão e votação, refletem o modelo
de desenvolvimento que o PSD, e a coligação, preconizam para o concelho, no
sentido de o dotar de equipamentos coletivos e obras e projetos estruturantes e
impactantes para a melhoria da qualidade de vida de todos os barcelenses
No sentido de tornar Barcelos num território mais atrativo para se viver,
investir, trabalhar, estudar e visitar
O executivo municipal apresenta a esta Assembleia, e aos barcelenses, o
maior orçamento de sempre, a rondar os cerca de noventa e seis vírgula seis
milhões de euros, num acréscimo de mais de dez milhões de euros e de mais de
doze por cento, em relação ao orçamento de dois mil e vinte e dois
Um orçamento municipal que se traduz em mais um passo importante
para a concretização do compromisso eleitoral com que o PSD, e a coligação, se
apresentaram aos barcelenses, e que mereceu a sua confiança de forma
maioritária
Um orçamento municipal onde o investimento volta a ser a palavra de
ordem, só em obras está projetado investir cerca de trinta e oito milhões de



euros
Mas a área social também merece uma atenção muito especial com uma
dotação de cerca de vinte e oito milhões de euros. Onde cerca de um vírgula sete
milhões de euros dizem respeito ao louvável "Programa de Emergência Social"
que o executivo apresentou aos barcelenses, no sentido de ajudar a atenuar o
impacto da subida da inflação nos agregados familiares economicamente mais
vulneráveisvulneráveis
Entre as várias medidas destacaríamos:
O apoio adicional de vinte por cento ao subsidio de renda de casa;
O "Cheque Bebé" no valor de cento e cinquenta euros;
Os passes sociais para os transportes públicos;
O apoio às famílias e empresas através da redução do IRS, do IMI e da
Derrama
Com a descida das taxas de impostos municipais, pelo segundo ano
consecutivo, o município garante mais rendimento disponível aos agregados
familiares e ao tecido empresarial do concelho, algo muito relevante
especialmente num contexto de crise inflacionista como o que vivemos
Com esta política fiscal Barcelos passa a ser um concelho mais competitivo,
em termos fiscais e económicos, no contexto dos municípios do quadrilátero
urbano. Num sinal político claro que o executivo municipal quer captar mais
empresas e atrair mais pessoas para o concelho
Permitam-me que termine destacando a inscrição no orçamento para dois
mil e vinte e três de verbas destinadas à aquisição dos terrenos para o novo
Hospital de Barcelos e para a indeminização financeira que resultará do acordo
para a resolução do <i>dossier</i> da Água. Dois <i>dossiers</i> de elevada importância para
os barcelenses, que vinham sendo constantemente adiados, e onde o atual
executivo dá um sinal político claro que os pretende resolver a breve prazo



Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Vamos iniciar inscrições para a segunda ronda!
Tem a palavra a senhora deputada Sara Magalhães, do BTF
DEPUTADA DO BTF – Sara Magalhães – Renovo os meus cumprimentos na
pessoa do senhor presidente
Tenho pena que o senhor deputado Hélder Tomé já não esteja presente,
porque de facto eu queria dizer-lhe que este executivo municipal não desilude
porque, como referido, tem um plano de ação em dez anos. Porque os
barcelenses estão habituados ao Partido Socialista que, em doze anos, nada fez
Mas também sei que ficaram curiosos com os exemplos que eu fiquei de
vos apresentar, os exemplos do senhor Manuel, da dona Maria e da Joana. E,
portanto, não posso deixar de não os referir. Mas preciso de os contextualizar e,
portanto, irei repetir que a inconsonância do cronista da praça com a realidade é
de tal ordem que prestemos atenção ao quadro Município de Barcelos versus
governo do Partido Socialista
O governo vai atualizar os valores dos aumentos das pensões face aos
valores finais da inflação para dois mil e vinte e dois. Assim, os valores dos
aumentos das pensões em janeiro de dois mil e vinte e três serão:
Pensões até dois IAS – aumento de quatro vírgula oitenta e três por cento;-
Pensões entre dois e seis IAS – aumento de quatro vírgula quarenta e nove
por cento;
Pensões entre seis e doze IAS – aumento de três vírgula oitenta e nove por
cento
Todavia, a fórmula de atualização das pensões, determinada na lei que já
referi, configuraria um aumento de sete vírgula quarenta e seis por cento. Não
queremos dizer que o governo, para o próximo ano, não possa ter margem



orçamental, mas é factual que esta proposta não cumpre a lei.------------Muito bem. O senhor Manuel ganha quinhentos euros por mês de pensão, com o aumento de quatro vírgula oitenta e três por cento receberá, em dois mil e vinte e três, mais vinte e dois euros e quinze cêntimos. Por seu turno, com a atualização automática prevista na lei, o senhor Manuel passaria a receber, em dois mil e vinte e três, quinhentos e quarenta euros, um aumento de quarenta euros. Em dois mil e vinte e quatro a atualização incidiria sobre esta base: quinhentos e quarenta euros. Na nova fórmula do governo, a base para atualização, em dois mil e vinte e quatro, já não são os quinhentos e quarenta euros mas apenas quinhentos e vinte e dois euros e quinze cêntimos. Logo, o senhor Manuel, em dois mil e vinte e quatro, terá uma perda mensal de dezoito euros e uma perda anual de duzentos e cinquenta euros.-----------Já a dona Maria, cidadã barcelense, receberá do Município de Barcelos, para além do subsídio à renda de cento e cinquenta euros, adicionalmente, com este novo apoio, receberá mais trinta euros. Logo, a dona Maria receberá mais do Município de Barcelos do que o senhor Manuel receberá do governo porque lhe subtraíram os rendimentos da pensão.-----------O executivo municipal de Barcelos baixa voluntariamente, atendendo à conjuntura que se vive, em prol da receita, e é criticado por cronistas "famigerados" da praça. E o governo porque é (à partida porque nunca se sabe estas coisas) da mesma camisola destes cronistas não merece "espanto"!-----------Exemplo dois: o governo deu à família da Joana, jovem barcelense, grávida e mãe de dois filhos, por cada filho menor cinquenta euros, no passado mês de outubro, no total de cem euros, e o Município de Barcelos, mais uma vez voluntariamente, dará por cada nascimento de um filho, em dois mil e vinte e três, um "Cheque Bebé" de cento e cinquenta euros.----------Afinal, porque é que os cronistas não fazem contas a estes valores e, pelo



contrário	(má	matemática),	apresentam	contas	falaciosas,	procurando
ridiculariza	ır as m	edidas de redu	ção, preocupa	ndo-se m	ais com o qu	antitativo da
redução do	que o	com o qualitativ	o do quotidiar	no dos ba	rcelenses e c	las empresas
sediadas e	m Baro	celos?				
A cc	nclus	ão é muito simp	les: o executiv	o tem ap	resentado ur	na tendência
decrescent	te das	taxas municipa	is na sua estra	tégia pol	ítica que adr	nito que seja
incomoda	– utili	zando a expres	ssão do cronis	ta "um e	spanto" – po	orque tantos
anos no po	der o	Partido Socialis	ta, liderado po	r Miguel	Costa Gome	s, nada fizera
nestas mat	térias.					
Diss	e					
PRESIDENT	ΓE DA	ASSEMBLEIA –	Muito obrigad	o, senho	ra deputada.	
	-	ılavra o senho	-			
Esquerda						
DEPUTADO	DO E	BE – José Maria	Cardoso – Mu	iito obrig	ado, senhor	presidente
		vez, na sua pe		-		
os present	es					
		entarmos a qu			_	
projeto qu	e está	aqui em causa				
Eu t	enho	alguma dificuld	ade em come	ntar muit	o sincerame	nte. Durante
muito tem	po cor	remos o risco -	– Bloco de Esq	uerda – d	de apresenta	r as mesmas
críticas po	rque	os orçamento	s eram os m	esmos d	lurante mui	tos anos de
governação	o PS. P	or favor, não n	os façam essa	maldade!	Pelo menos	tentem criar
qualquer s	ituaçã	o que não seja	igual a anos	anteriore	s! Eu até re	conheço que
tem. Tem	uma e	spécie de plan	o de intenções	s. Por exe	emplo, quand	iups oşuo ok
dizer que e	está co	onsagrado nest	e orçamento d	acordo	da água e do	o hospital de
Barcelos, p	asmo	! Porque não ha	á nada que o c	onsagre.	Aliás, nem s	equer é uma
intenção d	ireta c	lesta autarquia	resolver a situ	acão no i	mediato por	aue não tem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL meios de o fazer. Não se pode pôr isto como uma grande vantagem deste orçamento ou deste plano que está aqui apresentado.----------Aliás, um orçamento não é uma mera gestão de receitas e de despesas, uma espécie de deve/haver, onde depois se fazem os quadros para ajustar aos números. Não. Tem opções políticas. E tem opções políticas, e poder-me-ão dizer que é a vossa opção, que estão a gerir a autarquia. Perfeitamente de acordo. Mas a nossa opção, Bloco de Esquerda, é ser crítico porque temos outra opção e, portanto, aceitem também naturalmente este lado crítico que nós temos sobre esta situação.----------Ainda para mais começa logo por se dizer, e também cria-me até alguma urticária, "o maior orçamento de sempre". Porque é que é o maior orçamento de sempre? Porque tem transferências novas de competências adquiridas, competências que foram entregues, e que deviam era estar muito aflitos por muitas dessas competências e não vangloriarem-se pelo facto de termos um orçamento como nunca tivemos, o maior de sempre. Não. Estão a assumir competências e compromissos que são extremamente perigosos para a maior parte dos municípios e concretamente para Barcelos. Sejam críticos em relação a isto! Porque na verdade, o que está a ser feito pelo governo não é de maneira nenhuma aceitável. Vejam o que está a acontecer com a ação social, com a transferência agora da ação social, a prorrogar-se no tempo porque não há capacidade de ligação aos municípios.----------Portanto, estas questões devem ser vistas como opção política e legítima, mas também com a crítica que se possa fazer.-----------Respostas emergentes são necessárias. Agora, dizer-se que estamos perante um fundo de emergência social com as medidas que estão aqui apresentadas?! O que é que aqui está apresentado? Uma medida objetiva: o

apoio extraordinário às famílias que são comparticipadas com a renda de casa. E



quem não é comparticipado com a renda de casa? Qual é a medida social que lhe está proposta?----------Quando é, por exemplo, o apoio... não me digam que cento e cinquenta euros por bebé, o "Cheque Bebé", que é um apoio à natalidade! Isto até fica mal dizer-se isto. Que é uma ajuda que pode contribuir para a vacinação, como é dito. Agora, dizer que é uma política natalista, cento e cinquenta euros por bebé?! Muito sinceramente. Vamos ver o despoletar de situações de bebés que vamos ter no próximo ano por causa desta medida.-----------Uma grande preocupação que devia existir e que deve existir é que nós estamos a perder população. Barcelos – censos dois mil e vinte e um – é o concelho, juntamente com o de Terras de Bouro, mas é o concelho de maior dimensão que mais população perdeu. E se formos analisar com um filtro mais refinado vemos que é a população jovem que está a perder. E isto é que é preciso ter, uma estratégia local de habitação. Não da mesma forma como foi apresentada, passar para zero vírgula setenta e sete por cento de habitação pública, quando a média nacional a atingir é cinco por cento. Não é, por exemplo, pôr lá no orçamento um conjunto de programas: o primeiro direito, a intervenção em habitações, arrendamento, porta de entrada, housing first... Todas estas questões estão lá como nome, e depois cabimento para elas? Onde é que está o cabimento orçamentado para estas medidas? Não existe. Tarifa social da água, por exemplo. É o único concelho, hoje ouvi várias vezes falar por comparação do quadrilátero. Onde é que está a tarifa social de água assumida pela autarquia? Portanto, há questões que é preciso colocá-las.----------Sabe, senhor presidente, esta extrema-esquerda tem ideias e nós contribuímos com muitas ideias e com muitas propostas. Não vejo nenhuma delas vertida e, por isso, não quero que nós possamos assumir qualquer responsabilidade sobre esta mesma decisão.-----



O ordenamento do território, os corredores da água, a defesa do
ambiente lance-se uma conferência/debate sobre o rio, por exemplo, aqui em
Barcelos, sobre qual é a importância que o rio possa ter, qual é o significado que
o rio tem até no contexto territorial!
E depois tenhamos uma visão mais alargada, uma visão estrutural. É
necessário um plano estratégico de desenvolvimento assente nas
potencialidades e nos recursos endógenos
É necessário uma aposta sustentada num objetivo, por exemplo, que pode
ser o motor de desenvolvimento do nosso concelho
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Terminou o seu tempo, senhor deputado. Muito
obrigado, senhor deputado
Tem a palavra agora o senhor deputado Firmino Silva, do CDS-PP
DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Senhor Presidente da Assembleia e
respetiva Mesa, Senhor Presidente da Câmara e demais Vereação, Senhores
Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores
Em dezanove de dezembro de dois mil e vinte, nesta casa, aquando da
discussão das grandes opções do plano e orçamento para o ano de dois mil e vinte
e um, o PS dizia que, e passo a citar: "Este efetivamente é o maior orçamento que
a Câmara Municipal de Barcelos tem"
Em dezasseis de dezembro de dois mil e vinte e um, já com o atual
executivo municipal, foi nesta casa discutido e aprovado, para o corrente ano de
dois mil e vinte e dois, o maior orçamento que a Câmara Municipal de Barcelos
teve até então, mais de oitenta e seis milhões de euros
Hoje estamos aqui a discutir, com vista à sua aprovação, para o ano de dois
mil e vinte e três, o maior orçamento da Câmara Municipal de Barcelos, de mais
de noventa e seis milhões de euros
Em matéria de política fiscal municipal, é notória a preocupação deste



executivo em baixar a carga fiscal que incide sobre os particulares e empresas,
cumprindo assim uma das promessas da coligação Barcelos Mais Futuro
A redução das taxas de IMI, da Derrama e do IRS, conforme já aqui
referimos, são medidas que se inserem no cumprimento dos compromissos
assumidos perante os barcelenses
A oposição, em particular o Partido Socialista, reclama e diz na sua
declaração de voto: "É manifestamente pouco!"
Concordamos, é pouco!
Mas este pouco é algo que o Partido Socialista não fez nos doze anos que
levou à frente dos destinos deste concelho
Mais, este executivo assume neste documento a intenção de continuar a
baixar gradualmente a carga dos impostos municipais
Ainda em matéria de política fiscal, nos chamados impostos indiretos, a
isenção e/ou redução das taxas de mercados e feiras, da taxa de direitos de
passagem, das taxas das esplanadas, e a não atualização das demais taxas
municipais, revelam as preocupações deste executivo com a atual conjuntura
económica, que no CDS nos apraz registar
Denotando ainda as preocupações deste executivo para com a conjuntura
económica que vivemos e o seu impacto na vida das famílias, em especial das
mais desfavorecidas, encontramos neste documento medidas que visam ajudar
estas famílias
Assim, para além do apoio às rendas de casa, e a acrescer a este, criou este
executivo uma medida excecional de apoio às famílias abrangidas por todos os
escalões de apoio às rendas de casa, traduzido em vinte por cento de acréscimo
sobre o cálculo do apoio recebido
Ainda neste domínio de apoio às famílias, propõe este executivo a criação
do denominado "Cheque Bebé", que visa entregar cento e cinquenta euros por



cada bebé nascido no ano de dois mil e vinte e três
Registamos com agrado a intenção plasmada neste documento de, até ao
primeiro trimestre do ano de dois mil e vinte e três, o executivo obter o acordo
final com a Águas de Barcelos, para definitivamente resolver a questão da água
Assim como registamos com agrado que o executivo está a trabalhar no
sentido de suprimir, até finais de dois mil e vinte e três, as passagens de nível
O CDS regista também com agrado:
Que será iniciado em breve o fecho da circular do nó de Santa Eugénia;
A insistência, junto do governo, para a necessidade de construir um novo
Hospital em Barcelos;
De manter uma equipa permanente de limpeza no Rio Cávado;
A modernização da estrada municipal quinhentos e cinco, entre
Barcelinhos e Carvalhas;
A ecovia do Cávado e as ciclovias na zona urbana;
O passadiço pedonal da zona ribeirinha;
A segunda fase do Estádio Cidade de Barcelos;
O início das obras na Casa Conde Vilas Boas, onde será instalado o Centro
Interpretativo da Cidade de Barcelos e o Museu do Design Português;
A requalificação do edifício da antiga escola Gonçalo Pereira, entre outros
projetos
O Grupo Municipal do CDS vota favoravelmente pela aprovação do
orçamento e opções do plano para o ano de dois mil e vinte e três
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Tem agora a palavra o senhor deputado José Padrão, do Partido Social
Democrata
DEPUTADO DO PSD – José Padrão – Senhor Presidente da Mesa e Senhores



Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores
Vereadores, Caros Colegas Presidentes de Junta, Caros Membros da Assembleia
Municipal, Caro Público e quem nos vê via Web
Apesar da enorme insegurança económica e financeira previstas para o
ano dois mil e vinte e três, o executivo municipal não vai cortar nas verbas a
atribuir às juntas de freguesia, pelo contrário, vamos ter um aumento de cerca
de um milhão e meio de euros
Sinal inequívoco de reconhecimento das suas capacidades, competências
e eficiência na boa aplicação dos dinheiros públicos, com critérios que
possibilitam o desenvolvimento de cada comunidade local, que no somatório são
refletidas no concelho
Nas grandes opções do plano para dois mil e vinte e três podemos observar
que o município materializa a importância que reconhece nas juntas de freguesia,
com a transferência de cerca de dez milhões de euros, valores estes com critérios
claros distribuídos pelos acordos de execução e contratos interadministrativos.
Nos quais os acordos de execução têm uma natureza corrente e os contratos
interadministrativos repartem-se em quarenta por cento corrente e sessenta por
cento de capital
Bem sabemos que os investimentos que este executivo preconiza para o
próximo ano e sucessivos não podem ser sustentados apenas em receitas geradas
no concelho, será necessária resiliência e diligências para captar receitas extras
capazes de manter o equilíbrio financeiro, sem descorar o tão necessário
investimento estruturante, capaz de colocar Barcelos num lugar condigno com a
nossa dimensão. O executivo municipal não vai abrir mão da linha estratégica
apresentada em dois mil e vinte e um e que os barcelenses deram a sua clara
aprovação. Pensar a dez anos é planear e olhar para o futuro com estratégia e
não fazer gestão corrente



Deixo aqui alguns exemplos de processos para dois mil e vinte e três:
Fecho da circular do nó de Santa Eugénia;
Supressão das passagens de nível;
Criação de uma nova rede urbana de ciclovias;
Troço urbano da ecovia do Cávado;
Segunda fase do Estádio Cidade de Barcelos;
Processo de requalificação de várias estradas de ligação de freguesias:
Macieira de Ratas a Alheira, Carvalhas/Negreiros, Cristelo/Paradela e
Cristelo/Pedra Furada;
Projetar as variantes estruturantes para a cidade: variante urbana norte,
variante urbana poente e variante periurbana nascente
Disse
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Tem agora a palavra o senhor deputado António Jardim, do Chega
DEPUTADO DO CH – António Jardim – Senhor Presidente da Assembleia,
Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores
Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados
O orçamento para dois mil e vinte e três é no entendimento do Chega a
continuidade do orçamento de dois mil e vinte e dois, no qual votámos
favoravelmente, mas também fomos colocando algumas dúvidas face à sua
execução
Na atual situação económica que vivemos e que é transversal à economia
mundial, o executivo da coligação mantém o compromisso assumido no
orçamento municipal de dois mil e vinte e dois e volta a descer as taxas de
impostos diretos da Derrama, do IRS e do IMI, embora aqui neste ponto achamos
que poder-se-ia ter ido mais longe e complementar com a isenção de IMI em
habitação permanente para as famílias numerosas e famílias onde no seu



agregado familiar exista pelo menos um elemento com incapacidade de grau
igual ou superior a sessenta por cento da Tabela Nacional de Incapacidades
Nos impostos indiretos de salientar a redução de taxas de mercados e
feiras em cinquenta por cento, deste modo entendemos que vai ajudar a
minimizar as perdas dos últimos três anos
Relativamente aos resíduos sólidos e as alterações que possam surgir,
estes deveriam ter um limite estabelecido, pois não se deve colocar em causa a
sustentabilidade financeira das famílias, no limite entendemos que deverá ser o
município a suportar um eventual aumento não previsto
Pelo facto de estar bem encaminhada a solução para o enorme problema
jurídico que é a concessão das águas, assim como a construção do novo hospital
que começa a ganhar contornos que nos fazem acreditar que no decorrer deste
mandato vai mesmo acontecer, Barcelos começa finalmente a criar condições
para a fixação de população e assim inverter a tendência dos últimos anos
Deste modo, o Grupo Municipal do Chega, no ponto grandes opções do
plano e orçamento municipal para dois mil e vinte e três, votará a favor
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Vamos agora iniciar a terceira e última ronda!
Quem se inscreve?
Temos só uma inscrição do senhor deputado Alexandrino Ribeiro. Faz
favor, senhor deputado
DEPUTADO DO PSD – Alexandrino Ribeiro – Renovo os cumprimentos à Mesa,
ao Executivo, aos meus Colegas e ao Público
O Partido Socialista de Barcelos até pode mudar a liderança, até pode
mudar os protagonistas políticos, mas no restante já vimos que continua tudo
igual. É que na discussão do orcamento municipal para dois mil e vinte e três fica



confirmado que o Partido Socialista de Barcelos continua a andar a duas
velocidades
A nível nacional aplaude de pé o seu governo quando este aumenta
sucessivamente os impostos e brinda os portugueses com a maior carga fiscal de
sempre
Mas a nível local, quando o executivo baixa, pelo segundo ano
consecutivo, os impostos municipais, o Partido Socialista de Barcelos critica
porque baixou poucochinho
A pregunta que se impõe é: quanto é que o Partido Socialista baixou os
impostos municipais nos últimos onze anos dos seus mandatos? Zero
A coligação em dois anos de mandato já baixou duas vezes
O Partido Socialista de Barcelos também quer saber: qual o impacto da
descida dos impostos municipais no orçamento mensal dos barcelenses?
Pois terá, seguramente, mais impacto do que os zero que teve nos últimos
onze anos da governação socialista
Por outo lado, o Partido Socialista critica o executivo porque baixou pouco
os impostos quando até tem folga financeira. Mas esquece, ou faz por esquecer,
que deixaram, como herança, uma sentença e uma indeminização pesada para
este executivo pagar, fruto de doze anos de trapalhadas políticas do Partido
Socialista na gestão do dossier da água. Compreendemos perfeitamente que o
Partido Socialista queira esquecer todas essas trapalhadas, mas nós faremos
sempre questão de vos lembrar
O Partido Socialista acha ainda que o "Programa de Emergência Social" é
"um embuste político e uma mão cheia de quase nada"
Gostaríamos então de saber, e penso que os barcelenses, e até o próprio
António Costa também gostaria de saber, como é que o Partido Socialista de
Barcelos caracteriza e apelida o programa que foi apresentado pelo governo



socialista aos portugueses, que é, esse sim, completamente desajustado e com
imensas lacunas
O Partido Socialista continua muito desatento, pois ainda não conseguiu
perceber que, para além dos duzentos contratualizados, têm sido atribuídos
múltiplos apoios às juntas de freguesia regulados através de contratos
interadministrativos, numa nova e louvável relação entre o município e as juntas
de freguesia, que muito tem agradado aos senhores presidentes de junta
É natural que o senhor deputado Hélder Tomé estranhe um planeamento
da coligação a dez anos, pois está habituado a uma gestão ao sabor do vento do
executivo socialista que o senhor deputado Hélder Tomé também integrou
Tendo em consideração o exposto, o Grupo Municipal do PSD votará
favoravelmente as grandes opções do plano e orçamento para dois mil e vinte e
três
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Tem a palavra agora, para encerrar o debate, o senhor presidente da
Câmara
PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente
Renovo os cumprimentos a todos
Também tentarei ser muito rápido, mas responder aqui a algumas
questõesquestões
O senhor deputado Hélder Tomé disse que fazer é sempre mais difícil do
que falar. Completamente verdade. O Partido Socialista é muito forte nisso. Nos
últimos doze anos mostrou-nos claramente que falava e fazia muito pouco. Nós
queremos ser maus alunos e não vamos fazer isso
Quero-lhe dizer também que dizer que este orçamento não traz



pelo senhor deputado Nuno Martins, quer dizer que nós privilegiamos duas características que são fundamentais na política e na vida: confiança e coerência. Manter este foco, manter esta direção é absolutamente decisiva.----------Permita-me uma brincadeira que não uma graçola. Quando enuncia como obras do Partido Socialista a Torre de Menagem, eu guero-lhe dizer que a Torre de Menagem foi feita algures na época medieval por um rei qualquer que deu ao nosso conde a possibilidade de escolher um conjunto de pessoas para o fazer.---------Vocês fizeram, sim senhor, um conjunto de obras interessantes que foram recuperar, que custou seiscentos mil euros e que foi aprovado pela Associação Quadrilátero. Fizeram-no, e ainda bem, e agora vai ter que ser novamente intervencionado, porque tem alguns problemas de estabilidade, e vai ser feito.--------Falou depois na PPP. Eu não vou pedir para retirar o que disse relativamente à PPP e às águas porque acredito na sua honestidade intelectual, mas peço que tenham mais cuidado e mais bom senso.------------Relativamente à PPP, o executivo socialista concretizou três ponto cinco milhões de euros de obras, e passo a citar:----------Teatro Gil Vicente – oitocentos mil euros;-----------O Campo de Martim – um ponto cinco milhões;-----------O Pavilhão de Adães – quinhentos mil euros. Um pavilhão que estava feito, durante doze anos desocupado, que nós tivemos que intervencionar novamente para o pôr em funcionamento agora. Doze anos parado!-----------E o campo de Rio Covo Santa Eulália – quatrocentos mil euros.-----------Foram estes os valores das obras.------------A negociação do Partido Socialista foi tão forte que pagou oito ponto cinco milhões mais quatro milhões de juros. Eu vou repetir, a obra feita foi três ponto cinco milhões, o Partido Socialista pagou oito ponto cinco milhões mais quatro milhões de juros. Foi isto o que aconteceu. Tenham mais bom senso quando



ASSEMBLEIA MUNICIPAL queiram falar sobre coisas que são factos, não estou aqui a fazer demagogia, são factos.----------Relativamente à questão da água, dizer que tem uma condenação de duzentos e trinta milhões de euros porque a culpa é do PSD?! Meus senhores, vocês apresentaram, como bem disseram todos os partidos, três soluções de acordo e, quando nós chegámos ao executivo, o acordo era nenhum, zero. Estratégia nenhuma, zero. Foi isto que deixaram. Portanto, não queiram branquear. Eu já percebi para onde querem ir para fugir às vossas responsabilidades. Não vamos deixar. Vocês deixaram uma penhora no executivo municipal que nós agora estamos a custo a entrar e a resolver. E se resolvermos num ano, aquilo que vocês prejudicaram durante doze, não queremos aplausos, queremos que tenham, mais uma vez, honestidade intelectual e sentido de responsabilidade. Isso é fundamental.-----------Dizer-vos também, não está aqui o deputado Manuel Mota, mas ele na última Assembleia disse que o executivo de coligação de direita, como vocês gostam de dizer e a mim não me chateia rigorosamente nada, estavam discriminadas juntas de Freguesia. Eu vou-vos dar nota dos valores de dois mil e vinte e um e dos valores de dois mil e vinte e dois. Dois mil e vinte e um, ano de eleições, em que o executivo socialista estava no governo, atribuiu subsídio às freguesias, fora protocolo, cinco milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, zero quarenta e nove ponto oitenta e quatro cêntimos. Portanto, cinco milhões e seiscentos e noventa e quatro mil para ser mais redondo. Destes cinco milhões, foram nove por cento para as juntas BTF, vinte por cento para as juntas PSD e os restantes setenta e um por cento para as outras juntas. Sendo que com uma particularidade que houve duas juntas, Panque e Carvalhas, que não levaram subsídio nenhum. Em dois mil e vinte e dois, com a coligação de direita no executivo, atribuímos, para que conste o resultado final, seis milhões, duzentos e



cinquenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e três. Para as juntas da coligação, BTF/PSD, que agora são coligação, cinquenta e cinco por cento, para as juntas PS quarenta e cinco por cento. Portanto, em termos de justiça, em termos de coerência e em termos de discriminação estamos conversados. Isto para não haver dúvidas, isto são números factuais. Setenta e um por cento/vinte e nove por cento, cinquenta e cinco/quarenta e cinco. Com uma agravante, nós atribuímos a todas, e este número reflete isso, atribuímos a todas que apresentaram propostas para os novos caminhos. É isto que está a ser feito com uma isenção total com todas as juntas de freguesia. Acho que é importante referir isto.-----------Relativamente às questões do Bloco de Esquerda, quero dizer, senhor deputado Miguel Martins, que eu não reivindiquei para mim a bondade da medida dos comboios suburbanos. Eu disse que fui reunir com eles, reivindicar essa situação, como vocês, e bem, reivindicam aqui, e o Partido Comunista, e bem, reivindica aqui, pondo, mais uma vez, uma ênfase que é uma discriminação para as gentes de Barcelos inaceitável. Portanto, fui reivindicar, não estou a querer para mim méritos que não terei, a única coisa que faço é defender os barcelenses e junto das instâncias pedir para que as coisas se façam.----------Também nessa medida não estava a ufanar-me do maior orçamento de sempre. Eu fiz referência ao maior orçamento de sempre para pedir o sentido de responsabilidade porque efetivamente, como disse, e bem, o deputado José Maria Cardoso, nós temos mais responsabilidades que vêm naturalmente da transferência de competências. E essa responsabilidade, em muitos casos, é uma responsabilidade que vai para além das nossas competências e que nos obriga a esticar e a ir ao orçamento municipal. Eu quando disse não quis dizer "somos os

maiores, temos o maior orçamento", quis dizer "temos mais responsabilidade

para que o dinheiro público seja, de uma forma transparente, bem utilizado".----



As vossas ideias são naturalmente acolhidas e tanto assim é que em
setembro, na Assembleia Municipal, apresentaram um pacote de medidas que
foram na íntegra incluídas. Na íntegra. Só falta concretizar, mas já está em
andamento, a atribuição de sacos diferenciados para a recolha do lixo. Portanto,
foram na íntegra. As boas ideias acolhem-se. Mas também tem que ter as suas
críticas
E dizer que disponibilizar do orçamento do município um ponto sete
milhões para apoio de emergência social, como bem a Sara aqui o demonstrou,
não é coisa de somenos, até porque a responsabilidade a esse nível é do Estado,
não é nossa, mas nós fizemo-lo. E repare, durante os doze anos passamos por
duas crises muito graves e não houve nada, zero. Isto é sensibilidade social. E
todas as propostas dos transportes, de mobilidade, foram consagradas. Todas
E dizer-lhes também, porque acho que isso é importante que fique
assinalado, que a nossa sensibilidade social também vai no sentido
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Terminou o seu tempo, senhor presidente
PRESIDENTE DA CÂMARA – Eu depois digo-lhe pessoalmente
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito bem. Agradeço a sua voluntariedade para
continuar os esclarecimentos, além da própria Assembleia Municipal
Está encerrado o debate sobre as grandes opções do plano e orçamento
municipal para o ano dois mil e vinte e três
Vamos iniciar o processo de votação!
Quem vota contra?
(Três: dois BE, um PCP)
Quem se abstém?
(Doze: onze PS, um TB)
Quem vota a favor?
(Noventa e quatro: trinta e um PS trinta e três PSD vinte e dois RTE



quatro IND, três CH, um CDS-PP)
As grandes opções do plano e orçamento para dois mil e vinte e três estão
aprovadas por maioria com noventa e quatro votos a favor, doze abstenções e
três votos contra
Aqui chegados, e porque já ultrapassamos em muito as três horas
regimentais para o debate da Assembleia, iríamos terminar aqui a sessão. A
sessão vai terminar aqui e todos os pontos, incluindo a informação escrita,
passarão para a próxima sessão que será uma sessão extraordinária que irei
convocar, salvo algum motivo imponderável, para o dia dezassete de dezembro,
será um sábado, às dez horas
Antes de terminar, e para dar execução imediata às deliberações tomadas,
iria propor a aprovação da ata em minuta
Quem vota contra a aprovação da ata em minuta?
(Ninguém)
Quem se abstém?
(Ninguém)
A ata está também aprovada em minuta
Agradeço ao senhor presidente da Câmara, aos líderes municipais, a todas
as senhoras e senhores deputados a vossa compreensão pelo alongar de hoje,
mas era necessário aprovarmos hoje o plano de atividades e orçamento
Muito boa noite a todos, está encerrada a sessão
A sessão terminou às zero horas e cinquenta e cinco minutos do dia dez de
dezembro de dois mil e vinte e dois
Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Celestino Linhares da Silva,
para o efeito designado, redigi e subscrevo e que vai ser assinada pelo Presidente
da Assembleia



O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA
(Fernando Santos Pereira, Dr.)
O COORDENADOR TÉCNICO
(Celestino Linhares da Silva)
Apensa-se a esta ata a Recomendação do BE intitulada <i>"Programa</i>
municipal para a gratuitidade do serviço de transportes públicos 'Barcelos BUS'"
constituída por três páginas, cuja votação encontra-se inserta nas páginas trinta
e cinco e trinta e seis
Apensa-se a esta ata o Voto de Louvor e Reconhecimento ao IPCA
apresentado pelo TB, constituído por uma página, cuja votação encontra-se
inserta na página trinta e seis



ÍNDICE

Ata n.º 10 de 9 de dezembro de 2022

FOLHA	ASSUNTO
01	Apresentação da ordem de trabalhos
10	Período de antes da ordem do dia
26	Voto de Saudação do CDS-PP "Pelo 47º Aniversário do 25 de novembro de 1975"
24	Moção do BTF "Na defesa de um serviço público de qualidade de distribuição postal universal"
37	Intervenção do Público
47	Período da ordem do dia
47	Aprovação das atas da sessão de 30 de setembro de 2022 (1º Ponto)
48	Discussão e votação do Regulamento da Assembleia Municipal Jovem de Barcelos (2º Ponto)
51	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para a fixação das taxas a cobrar em 2023, relativas às receitas municipais: Imposto Municipal sobre Imóveis, Participação no IRS e Derrama (3º Ponto)
51	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à cobrança, em 2023, da Taxa de Mercados e Feiras, Taxa Municipal de Direitos de Passagem, Taxa de Ocupação da Via Pública (esplanadas), Taxas Municipais (impostos indiretos) e Taxa de Resíduos Sólidos (4º Ponto)
67	Discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2023 (5º Ponto)
110	Aprovação da ata em minuta